

ATA DA SEXAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 02-8-2017.

Aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Bernardo, Reginaldo Pujol e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Alvoni Medina, André Carús, Carolina Rouseff, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Idenir Cecchim, José Freitas, Luciano Marcantônio, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 193/17 (Processo nº 1664/17), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 025/17 (Processo nº 1573/17), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 165/17 (Processo nº 1454/17), de autoria de Fernanda Melchionna, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina; o Projeto de Lei do Legislativo nº 210/17 (Processo nº 1812/17), de autoria de João Carlos Nedel; os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 020 e 022/17 (Processos nºs 1270 e 1457/17, respectivamente), de autoria de Márcio Bins Ely; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 178 e 180/17 (Processos nºs 1535 e 1556/17, respectivamente), de autoria de Mauro Pinheiro; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 027/17 (Processo nº 1721/17), de autoria de Mendes Ribeiro; o Projeto de Lei do Legislativo nº 128/17 (Processo nº 1104/17), de autoria de Paulinho Motorista; o Projeto de Lei do Legislativo nº 205/17 (Processo nº 1778/17), de autoria de Rodrigo Maroni; e o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 032/17 (Processo nº 1823/17), de autoria de Valter Nagelstein, Professor Wambert e Felipe Camozzato. Também, foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: s/nº, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei do Legislativo nº 207/15 (Processo nº 2060/15); nºs 1177, 1180, 1252, 1218, 1219, 1220, 1221, 1222, 1223, 1224, 1225, 1230, 1236, 1253, 1254, 1255 e 1256/17, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 009, 010 e 011/17, os Projetos de Lei do Executivo nºs 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017 e 018/17 e os Projetos de Emenda à Lei Orgânica nºs 007, 008, 009 e 010/17 (Processos nºs 1904, 1953, 2066, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2047, 2057, 2062, 2063, 2064 e 2065/17, respectivamente). Após, por solicitação de Reginaldo Pujol, Cassiá Carpes, Tarciso Flecha Negra e Cassio Trogildo, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Miguel Scalabrin, a Cícero Fraga, a Isnar Nasi, a Hélio Volkmer Dourado, a Plauto Cruz e a Flávio Zacher. A seguir, foram apregoados Requerimentos de autoria de Sofia Cavedon e de Marcelo Sgarbossa, solicitando

Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia primeiro ao dia três de agosto do corrente, tendo o Presidente informado que a Mesa Diretora concedeu as referidas licenças no dia de ontem, nos termos dos artigos 218, inciso VIII, e 94, §§ 5º e 6º, do Regimento, e declarou empossados na vereança, em substituição, respectivamente, Professor Bernardo e Carolina Rousseff, que integraram, respectivamente, a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude e a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Na oportunidade, foram apregoadas Declarações firmadas por Aldacir Oliboni, Vice-Líder da Bancada do PT, comunicando os impedimentos dos suplentes Engº Comassetto, Leonel Guterres Radde, Ariane Leitão, Laura Sito, José Dorley dos Santos, Margarete Moraes, Valmir Ferreira Martins, Thiago Gonçalves Braga de Quadros, Pedro Leonardo da Luz Loss, Reginete Souza Bispo, Thais Maria Sampaio, Samir Sander Squeff, Lidionei da Rosa Santos, Manoel Rocha da Rosa, Angelo Renato Haag de Oliveira, Daniel Fortuna Damiani, Marcelo Pereira da Silva, Yuri Santanna dos Santos, Flavio Ricardo Paim, Iyá Vera Soares e Luiza Helena Stern Lentz. Também, foram apregoados Diplomas, Declarações de Bens e indicações dos nomes parlamentares de Professor Bernardo e Carolina Rousseff. Ainda, foram aprovados os Requerimentos de autoria de Sofia Cavedon e Marcelo Sgarbossa acima referidos, no tocante aos dias dois e três de agosto. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Tarciso Flecha Negra, Cláudio Janta, Fernanda Melchionna, Aldacir Oliboni, Rodrigo Maroni, Professor Wambert, Moisés Maluco do Bem, André Carús, Prof. Alex Fraga, Moisés Maluco do Bem, Felipe Camozzato e Mauro Zacher. Na ocasião, foi apregoado o Memorando nº 015/17, de autoria de Márcio Bins Ely, informando, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 227 do Regimento, sua participação, do dia dois ao dia quatro de agosto do corrente, em reunião alusiva à abertura do “mês do corretor de imóveis”, em Rio Branco – AC. Também, o Presidente concedeu a palavra a Carolina Rousseff e a Professor Bernardo, nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Às dezesseis horas e sete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por João Carlos Nedel, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 206/17 (Processo nº 1798/17), após ser encaminhado à votação por Cassio Trogildo. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Luciano Marcantônio, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. A seguir, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Idenir Cecchim e Mendes Ribeiro, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 098/16 (Processo nº 1045/16), e foi aprovado Requerimento de autoria de Mendes Ribeiro, solicitando dispensa do envio dessa emenda à apreciação de Comissões Permanentes. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassiá Carpes, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Resolução nº 012/17 (Processo nº 0961/17), após ser encaminhado à votação por Mônica Leal e Airto Ferronato. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Resolução nº 013/17 (Processo nº 0970/17). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto

de Lei do Legislativo nº 132/15 (Processo nº 1389/15), após ser discutido por Prof. Alex Fraga, Professor Bernardo, Professor Wambert, Adeli Sell, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Comandante Nádia e Reginaldo Pujol. Na ocasião, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Comandante Nádia e Professor Wambert, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 132/15, e foi aprovado Requerimento de autoria de Comandante Nádia, solicitando dispensa do envio dessa emenda à apreciação de Comissões Permanentes. Também, foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Prof. Alex Fraga, Fernanda Melchionna, Matheus Ayres e Roberto Robaina, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 132/15, e foi aprovado Requerimento de autoria de Prof. Alex Fraga, solicitando dispensa do dessa emenda à apreciação de Comissões Permanentes. Ainda, foi apregoada a Subemenda nº 01, assinada por Felipe Camozzato, à Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 132/15, e foi aprovado Requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando dispensa do envio dessa subemenda à apreciação de Comissões Permanentes, por vinte e sete votos SIM e dois votos NÃO, em votação nominal solicitada por Reginaldo Pujol, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Carolina Rousseff, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Bernardo, Professor Wambert, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra e votado Não Dr. Thiago e Reginaldo Pujol. Na oportunidade, foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por Felipe Camozzato, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 132/15, e foi aprovado Requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando dispensa do envio dessa emenda à apreciação de Comissões Permanentes. Também, foi apregoado Requerimento de autoria de Felipe Camozzato, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 e da Emenda nº 03 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 132/15. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 132/15, por vinte e sete votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Felipe Camozzato, em votação nominal solicitada por Reginaldo Pujol, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Carolina Rousseff, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Bernardo, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Tarciso Flecha Negra. Foi votada destacadamente e rejeitada a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 132/15, após ser encaminhada à votação por Felipe Camozzato. Foram aprovadas as Emendas nºs 01 e 02 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 132/15. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 132/15, por vinte e quatro votos SIM e um voto NÃO, em votação nominal solicitada por Reginaldo Pujol, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Carolina Rousseff, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas,

João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Bernardo, Professor Wambert, Roberto Robaina e Tarciso Flecha Negra e votado Não Reginaldo Pujol. Após, foram apregoados os seguintes Requerimentos, solicitando sejam convidadas pessoas a comparecerem neste Legislativo: assinado por Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Carolina Rouseff e Professor Bernardo, com referência a Michel Costa; assinado por Roberto Robaina, com referência a Ramiro Rosário. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 135/17 (Processo nº 1769/17), após ser encaminhado à votação por Reginaldo Pujol e Adeli Sell. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento de autoria de André Carús, solicitando o adiamento, por três sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 098/16 (Processo nº 1045/16). Às dezessete horas e trinta e um minutos, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 023/17, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 009 e 218/17, os Projetos de Resolução nºs 016, 017, 030, 039, 032 e 034/17, estes dois discutidos por Reginaldo Pujol; em 2ª Sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 006/17, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 031/16, discutido por Reginaldo Pujol, 147 e 152/17 e os Projetos de Resolução nºs 027 e 035/17. Durante a Sessão, Reginaldo Pujol e Felipe Camozzato manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Manoel D'Avila, vereador da Câmara Municipal de Cachoeirinha – RS. Às dezessete horas e trinta e seis minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Valter Nagelstein e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra.

O SR. REGINALDO PUJOL (Requerimento): Sr. Presidente, nesses derradeiros dias do recesso parlamentar, registramos alguns falecimentos de pessoas extremamente vinculadas à vida da Cidade, por isso eu quero requerer a concessão de uma homenagem póstuma, com um minuto de silêncio, às seguintes pessoas: Engenheiro Miguel Scalabrin, ex-Diretor-Geral do Departamento Municipal de Habitação, servidor do Banco Nacional da Habitação e da Caixa Econômica Federal, e sogro do nosso colega Wambert; Professor Cícero Fraga, avô do nosso companheiro Mendes Ribeiro e meu particular amigo; Dr. Isnar Nasi, ex-Presidente do Clube do Comércio, pessoa vastamente relacionada na sociedade porto-alegrense; e Dr. Hélio Volkmer Dourado, sobre o qual os Vereadores José Tarciso de Souza e o nosso querido Cassiá podem melhor falar, porque conviveram diretamente com ele. Este é o meu Requerimento, Presidente.

O SR. CASSIÁ CARPES (Requerimento): Presidente, só quero reiterar, vou ser breve. Daquela relação, todos de reconhecimento da Casa, eu queria citar, porque foi meu Presidente, o Hélio Dourado, um grande médico, um grande Presidente, e não podemos deixar passar um branco nesta Casa, então sigo na mesma linha do Ver. Pujol.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA (Requerimento): Presidente, também quero reiterar o pedido e dizer que o Dr. Hélio Dourado, para mim, não foi só Presidente do Grêmio. Ele era médico, recebeu o prêmio Bisturi de Ouro e, no ano retrasado, das minhas mãos, o Título de Cidadão de Porto Alegre. Ele abandonou a medicina para viver o Grêmio, ele foi mais para mim do que um presidente, ele foi um irmão mais velho, me aconselhou muito no caminho que eu sigo até hoje. Quero deixar meus sentimentos a toda a família, que eu já abracei, à esposa, aos filhos, eu convivi naquela casa por muitos e muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Vamos agregar aos pedidos já encaminhados de minuto de silêncio o músico gaúcho Plauto Cruz, instrumentista, que faleceu na semana passada; e o Sr. Flávio Zacher, pai do Ver. Mauro Zacher, que também faleceu na semana passada. Defiro os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares nos dias 2 e 3 de agosto de 2017. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Esta Presidência informa que a Mesa Diretora concedeu a Licença para Tratar de Interesses Particulares para a Ver.^a Sofia Cavedon no dia 1º de agosto de 2017.

O Ver. Professor Bernardo assumirá no lugar da Ver.^a Sofia Cavedon. Apegoo o recebimento do Diploma e da Declaração de Bens do Ver. Professor Bernardo empossado ontem. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Professor Bernardo, V. Exa. integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE em função da impossibilidade de os Suplentes Engº Comassetto, Leonel Guterres Radde, Ariane Leitão, Laura Sito, José Dorley dos Santos, Margarete Moraes, Valmir Ferreira Martins, Thiago Gonçalves Braga Quadros, Pedro Leonardo da Luz Loss, Reginete Souza Bispo, Thais Maria Sampaio, Samir Sander Squeff, Lidionei da Rosa Santos, Manoel Rocha da Rosa, Ângelo Renato Haag de Oliveira, Daniel Fontoura Damiani, Marcelo Pereira da Silva, Yuri Santana dos Santos, Flavio Ricardo Paim, Iyá Vera Soares e Luiza Helena Stern Lentz assumirem a Vereança.

O Ver. Marcelo Sgarbossa solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares nos dias 2 e 3 de agosto de 2017. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores

que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

Esta Presidência informa que a Mesa Diretora concedeu a Licença para Tratar de Interesses Particulares para a Ver. Marcelo Sgarbossa no dia 1º de agosto de 2017.

A Ver.^a Carolina Rousseff assumira no lugar do Ver. Marcelo Sgarbossa. Aprego o recebimento do Diploma e da Declaração de Bens da Ver.^a Carolina Rousseff empossada ontem. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Carolina Rousseff, V. Exa. integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH em função da impossibilidade de os Suplentes Engº Comassetto, Leonel Guterres Radde, Ariane Leitão, Laura Sito, José Dorley dos Santos, Margarete Moraes, Valmir Ferreira Martins, Thiago Gonçalves Braga Quadros, Pedro Leonardo da Luz Loss, Reginete Souza Bispo, Thais Maria Sampaio, Samir Sander Squeff, Lidionei da Rosa Santos, Manoel Rocha da Rosa, Ângelo Renato Haag de Oliveira, Daniel Fontoura Damiani, Marcelo Pereira da Silva, Yuri Santana dos Santos, Flavio Ricardo Paim, Iyá Vera Soares e Luiza Helena Stern Lentz assumirem a Vereança.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, hoje, quarta-feira, pela manhã, junto com o Ver. Moisés, com muita alegria, participei, na Prefeitura da Capital gaúcha, do decreto que autoriza a regulamentação e instalação dos *parklets* nas ruas de Porto Alegre. Quem me acompanha, sabe que eu trabalho por isso há muitos anos. O *parklet* é um espaço de convivência que fica sobre as ruas ocupando pelo menos duas vagas de estacionamento onde recebe uma plataforma móvel que pode ser equipada por bancos, mesas, guarda-sóis, aparelhos de ginástica ou elementos com a função de recreação e manifestação artística. O decreto que foi assinado pelo Prefeito Nelson Marchezan, nesta manhã, traz algumas normas para instalar os equipamentos. Com o futebol eu viajei muito, felizmente o futebol me deu essa chance de rodar o mundo em inúmeras viagens pelo Grêmio, pela Seleção Brasileira. E em cada vez que chegava em uma cidade tipo Paris ou na Grécia, Itália, Alemanha eu ficava tão impressionado, acha tão lindo tudo aquilo! Todos nós tirávamos fotos. E depois vindo para cá, moro há 15 anos na Rua da Praia, e há um pedido dos comerciantes, dos pequenos e grandes empresários dali sobre... e eu fiquei pensando porque é tão bonita Paris, porque é tão bonita a Itália, se nós temos uma cidade tão linda, que é Porto Alegre? Se nós olharmos o rio Guaíba, de trás do Gasômetro e até o Beira Rio... eu estive na Itália e tem esse mesmo arco no mediterrâneo todo com *parklets*. E aí a gente pensa por que Porto Alegre não pode ter? Então, eu quero dar os parabéns ao Secretário Elizandro Sabino e a todos os Secretários que estão trabalhando nisso, ao Prefeito Marchezan e a ti Ver. Moisés. Para ter uma visão de uma Porto Alegre mais bonita, do que Porto Alegre precisa agora gente? Porto Alegre precisa daquela maquiagem para que essa mulher fique muito mais bonita. É o

que nós esperamos de Porto Alegre, é o que todos os comerciantes, é o que o povo espera de Porto Alegre, é o cartão postal do Brasil. E dentro dessa evolução, dentro dessa caminhada, eu tenho certeza, Moisés, de que Porto Alegre vai ser o cartão postal também desse Brasil assim como é a Bahia, assim como são outras cidades do Rio Grande do Sul. Então, eu quero aqui dizer do meu sonho de ver não só a Rua da Praia, mas de ver Porto Alegre como uma cidade linda onde as pessoas possam sentar, possam conversar e possam ter um ir e vir sem aquele atropelamento. Esse meu sonho poderá ser realizado porque, através dessa gestão do Prefeito e do Secretário, tenho certeza de que vamos conseguir. Eu estou aqui para ajudar como é importante para a nossa cidade de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Apregoo o Memorando nº 15/17, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta – que comunica a sua participação na reunião alusiva à abertura do mês do corretor de imóveis, que ocorre no dia 27 de agosto, Dia do Corretor de Imóveis e da homenagem ao “Cidadão Acreano”, destinada ao Presidente João Teodoro, Presidente do Cofeci – Conselho Federal de Corretores de Imóveis, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, de 2 a 4 de agosto do corrente.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, queria primeiramente saudar a Ver.^a Carolina, o Ver. Bernardo. Sejam bem-vindos a esta Casa. Queria fazer, no dia de hoje, neste plenário, um apelo, em nome de vários Líderes desta Casa, ao Sr. Prefeito Nelson Marchezan, do qual eu continuo Líder de Governo, para que retire desta Casa os projetos que aqui entraram que tratam do sistema de transporte em Porto Alegre. Esses projetos não condizem com o que foi discutido com a base do Governo, não condizem com o que foi discutido com vários Líderes de partido nesta Casa. Temos convicções – eu, principalmente, e vários Líderes desta Casa – de que temos que discutir a questão das isenções de Porto Alegre. Eu apresentei, em 2003, um projeto para discutir as isenções de Porto Alegre. Temos convicções de que o nosso sistema de transporte está sucateado. Não é de hoje, não é do passado, ele vem sendo sucateado há muito tempo. Agora, também temos convicção de que tudo o que está sendo proposto não vai resolver o sistema de transporte em Porto Alegre. E temos principalmente uma convicção de que esta Casa, esses 36 Vereadores que aqui se encontram são independentes, esses 36 Vereadores merecem respeito, esta Casa é a Casa do Povo de Porto Alegre, esta Casa tem autonomia, esta Casa, a Casa do Povo de Porto Alegre, merece debater e discutir o projeto. Nós não vamos pagar o pato de um sistema de transporte ganancioso, um sistema de transporte que não funciona. Não vão ser oito centavos, que é o que vai baixar a passagem de ônibus, que vão

resolver o sistema de transporte de Porto Alegre. Tenho dito para o Prefeito que, se ele retirar esses projetos, terá um Líder como teve no primeiro semestre nesta Câmara, defendendo o seu Governo e projetos bons para Porto Alegre. Agora, esses projetos eu não poderei defender, esses projetos não são projetos que ajudam a população de Porto Alegre. Não pode um deficiente perder os seus direitos, não pode um doente terminal perder os seus direitos, não pode um aposentado perder os seus direitos, e digam o que quiserem para mim! Isso é direito. Digam o que quiserem para mim! Isso é conquista, conquista democrática desta Cidade. A população não foi ouvida. Não são sete mil pessoas de uma rede social que vão dizer o que esta Cidade tem que fazer. Sete mil pessoas é o voto de alguns Vereadores que aqui estão, então, tem que ouvir esses Vereadores e fazer o que esses Vereadores querem. Este Vereador e seu partido fizeram 21 mil votos em Porto Alegre! Então são três vezes o que esse *site*, esse blog, seja lá o que for, determinou no sistema de transporte de Porto Alegre. O sistema de transporte de Porto Alegre é um conjunto, é um modal que tem os aplicativos, as lotações, os táxis e os ônibus que estão sucateados. Isso é para levar o dinheiro para as empresas? Porque não vai abaixar o preço do ônibus em R\$ 8,00, esse dinheiro vai ficar com as empresas. Capitanear as empresas para depois comprar a carris? É isso? É isso! Eu não vou me prestar a isso, e eu acredito que vários dos Pares que aqui estão não vão se prestar a isso. Cadê a repercussão financeira disso? Se vai abaixar a passagem, que abaixe agora.

Então esses projetos, Sr. Prefeito, eu, como Líder do seu Governo, peço ao senhor que retire esses projetos aqui da Câmara, assim como o pagamento do 13º dos servidores dia 5 de janeiro. O 13º é uma compensação natalina, tem que ser pago em dezembro, não dia 5 de janeiro! Porto Alegre é uma Cidade que vive de comércio e serviços. Como o comércio e os serviços vão sobreviver com o pagamento no quinto dia útil de janeiro e fevereiro? Como a nossa Cidade vai sobreviver, que vive de comércio e serviços, com o pagamento dos servidores no quinto dia útil dos meses? Nem o Governador Sartori, que há dois anos está passando por situação financeira pior do que o nosso Município, trocou a data de pagamento pelo quinto dia útil...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: ...Então, eu peço aqui, em nome não somente do Líder do Solidariedade, mas de alguns partidos que ontem tiveram reunião, Ver. João Bosco, Ver. Paulo Brum e outros que tiveram reunião ontem com o Vice-Prefeito; retire estes projetos da Câmara! Vamos dialogar com o povo de Porto Alegre, e principalmente, Sr. Prefeito Nelson Marchezan, vamos dialogar com esta Casa. Realmente eu e o Ver. Moisés Maluco do Bem fizemos uma reunião com o Vice-Prefeito Gustavo Paim, comunicamos os Líderes da base aliada de protocolar, aqui nesta Casa, o projeto para discutir as isenções, protocolar os dois projetos da Fazenda e da Procuradoria e o projeto dos taxistas. Isso nos demos acordo para depois fazermos a reunião, feita no dia de ontem; agora não esta montoeira de projetos que vieram para cá,

para isso não houve acordo, não foi discutido com a base do Governo, não foi discutido com os Líderes de concorre à base do Governo, não foi discutido com a população de Porto Alegre. Então, em nome dos Líderes que compõem a base do Governo, retire esses projetos, e teremos um segundo semestre voltado para melhorar a vida das pessoas da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Quero cumprimentar, em nome da oposição, a Ver.^a Carolina Rousseff e o Ver. Professor Bernardo, que tomam posse na tarde de hoje, bem como agradecer pela conversa rápida que fizemos em relação ao tamanho do debate político que nós precisamos fazer na tarde de hoje, começado pelo Ver. Cláudio Janta em seu tempo do Partido Solidariedade. Quero cumprimentar os trabalhadores do Sindicâmara que já começam se mobilizando aqui, na Câmara Municipal, porque, de fato, nós estamos voltando de um recesso em que o Prefeito esteve trabalhando para atacar os direitos do povo da nossa Cidade. Eu sei que no recesso boa parte dos Parlamentares esteve ativa, atuando nas pautas da Cidade. Mas é lamentável que nós temos visto, em 15 dias, um conjunto de pacotes, projetos, anúncios e ataques a direitos de décadas construídos pela nossa Cidade. Quero cumprimentar o Ver. Cláudio Janta pela firmeza do pronunciamento e, ao mesmo tempo, pela exigência adequada de que o Governo retire esse pacote que desmonta o direito dos estudantes com meio passe, que desmonta uma categoria, como os cobradores, porque é um projeto que, em plena crise econômica, gera desemprego com a redução gradativa de 3.600 trabalhadores; que ataca o direito dos idosos; que ataca pessoas com deficiências; que ataca portadores de HIV/Aids; que ataca guardas municipais; que ataca policiais militares. É um conjunto de projetos que tira direitos de muitos para dar privilégio para poucos: os empresários do transporte coletivo, os barões do transporte coletivo. Mais do que isso, nesse meio-tempo, o Governo, por decreto, retirou a segunda passagem que é uma forma de garantir direitos para quem vive, Ver. Oliboni, nas regiões mais longínquas da nossa Cidade e que não é coberto pelo sistema de transporte. Então, além de trazer esse cumprimento, nós queremos anunciar aqui, na tribuna, que estamos fazendo uma representação amanhã, às 15h30min, contra a retirada da segunda passagem, que vários Vereadores, óbvio, todos da oposição, estarão somando na iniciativa. Mas estamos conversando com vários Vereadores de outros partidos, como o Ver. André Carús, para que assinem junto conosco para defender esse direito histórico que é a segunda passagem como parte dessa equalização de um sistema que é desigual e que, ao mesmo tempo, não garante tranquilidade, não só tranquilidade, mas também uma linha direta para milhares de porto-alegrenses, que, a partir da segunda passagem, tinham esse direito garantido de não pagar R\$ 8,10 por conta justamente da ausência da oferta de um serviço de transporte adequado.

Quero aprofundar também a questão do pacote contra os servidores municipais. Nós estamos vendo uma devastação em direitos, um projeto autoritário, que mexe nos conselhos municipais. Um projeto que desmonta a carreira, tirando licença-prêmio, tirando os avanços, transformando triênios em quinquênios, arrochando o salário dos servidores, e, ao mesmo tempo, legitimando, legalizando a possibilidade de parcelamento, além da questão do quinto dia útil, que eu, por óbvio, concordo plenamente com as palavras do Ver. Janta, além disso tudo, permite o parcelamento já no Estatuto do Funcionalismo para que ele fuja da Justiça diante desse terrorismo que faz cotidianamente com a possibilidade de parcelamento, e é o segundo mês de parcelamento, porque este mês novamente se parcelou o salário, ainda nas faixas mais altas, mas, de qualquer maneira, é um absurdo que se parcele o salário de qualquer servidor, trabalho feito, trabalho pago, é preciso o salário garantido do conjunto do funcionalismo. Mais do que isso: permite a privatização do DMAE e do DEP, e aqui eu quero cumprimentar o ex-Vereador João Antônio Dib pelas suas palavras no Jornal do Comércio de hoje, porque, mais uma vez, mostrou sua posição, defensor dessa autarquia importante, além de colocar o óbvio, que o DMAE é superavitário, e que o projeto do Marchezan é um projeto autoritário e recessivo que quer passar privilégios para os empresários que estão com ele na Falconi, que estão com ele em várias dessas ONGs, enfim consultorias, como é o caso da Falconi, e que querem, por óbvio, ganhar mais um filão com as privatizações. O mesmo caso da Carris, que dia após dia, mais uma vez, Marchezan também anuncia as privatizações. Então nós estamos vivendo um governo que decidiu atacar o conjunto do povo da nossa Cidade. Além disso, esquecemos da ameaça de aumento de 30% a 50% do IPTU e, obviamente, teremos oportunidade de debater na Câmara de Vereadores e na cidade de Porto Alegre. Mas eu tenho a convicção, Ver. Prof. Alex, que se ele decidiu atacar o conjunto do povo da Cidade, o conjunto do povo da Cidade vai derrotar o Marchezan, esse é o nosso desafio neste momento, nós todos: associação de moradores, estudantes rodoviários, sindicalistas, entidades. É preciso construir uma assembleia popular e democrática em Porto Alegre com todas as representações do movimento social e base do movimento social para uma agenda contra o neoliberalismo, contra o reacionarismo e contra os ataques desse governo absurdo do Nelson Marchezan.

Eu não posso terminar sem dizer que a tarde de hoje é uma tarde muito triste em que lamentavelmente o toma lá dá cá vai fazer com que o chefe da quadrilha siga Presidente da República pelo que se desenha no Congresso Nacional. Mas isso não vai nos inviabilizar de gritar sempre: fora, Temer! Luta que segue! (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valer Nagelstein): Muito obrigado, Ver.^a Fernanda. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o Ver. Valter Nagelstein, os demais Vereadores e Vereadoras, de modo especial os nossos suplentes que hoje assumem aqui

nesta semana, por Licença dos nossos colegas Ver.^a Sofia e Ver. Marcelo. Sejam bem-vindos, Ver. Bernardo e Ver.^a Carolina. Saúdo todos os cidadãos e cidadãs que estão hoje acompanhando a nossa Sessão e aqueles que nos acompanham pela TVCâmara.

De fato, para nós, hoje é um dia muito emblemático, jamais imaginaríamos que a população brasileira poderia acompanhar um processo de julgamento de um Presidente que, em tese, claro e preciso, está sendo julgado por corrupção. Claro que a sociedade brasileira, isto é, mais de 81% da população brasileira espera que isso aconteça. Mas, por falta de assunto, nós não ficamos... Com certeza, Ver. Adeli, Ver.^a Carolina, Ver. Bernardo, nós não podemos ficar longe daquilo que mais nós prezamos, que é fiscalizar – e é atribuição do Vereador – os serviços da nossa Cidade.

Percebemos que, neste recesso, o Prefeito Municipal exagerou muito. Antes de interceder ou ao menos perceber que, para dar o remédio, tinha que ter o diagnóstico, ele simplesmente deu uma dose para matar todo mundo, com dois pacotes de projetos que infelizmente aumentam a sua rejeição e mostra claramente a falta de gestão do nobre deputado federal hoje Prefeito de Porto Alegre. É lamentável imaginar que ele, num simples gesto de assinar um termo, acabe, por exemplo, com a luta de 15, 20, 30 anos, tirando ou modificando os anuênios, triênios e quinquênios. E com o mesmo gesto da caneta ele acha que pode tirar a licença-prêmio, modificar o pagamento do 13º salário. Nós, da Bancada do PT, também nos somamos aqui aos apelos que foram feitos pela nossa Líder do bloco de oposição, Ver.^a Fernanda, como também do próprio Ver. Janta, que é Líder de Governo, para que ele retire esses projetos. Retire também, Ver. Janta, os projetos estratégicos que mudam a vida do cidadão, mais precisamente do servidor público. Lamentavelmente ele mostra claramente que não tem o mínimo de consideração em termos de valorização dos servidores, porque demonstrou, nesses seis meses, a pior política que já vimos em Porto Alegre contra o servidor público. Primeiro, queria retirar a correção anual; teve que retirar ele o projeto de lei. Depois, o aumento da própria previdência, num gesto muito escuso, num gesto lamentável, e percebeu claramente que não é assim que vai governar, desmerecendo a Câmara de Vereadores. Claro que nós aqui temos a função de fazer a nossa parte de fiscalizar esses serviços, mas quem vai imaginar que ele, num gesto, num canetaço, vai terminar, por exemplo, com a segunda passagem e sem a sua redução? Olha, o que ele está fazendo, prejudicando milhares de cidadãos que hoje também usam a segunda passagem! E o empresário que dá o emprego aos cidadãos vai não vai mais admitir, por exemplo, cidadãos que peguem dois ônibus. Esse gesto é lamentável e inconstitucional! Nós, com certeza, vamos entrar na Justiça, amanhã encaminharemos, como disse a Ver.^a Fernanda Melchionna – e convidamos a todos os Vereadores que queiram participar –, porque isso jamais se pode admitir, como por exemplo, as passagens dos estudantes, de 75% para 50%; das pessoas portadoras de deficiências, de 75% para 50%; dos idosos, tirando a possibilidade do passe livre, mas não dando nenhum corte de salários dos 60 aos 64 anos; ele praticamente retira esse benefício.

Então, nós estamos aqui, com o apoio da nossa bancada, para dizer aos cidadãos e às cidadãs que não compactuamos com esses projetos radicalizados, descolados com a realidade de Porto Alegre. É como disse o ex-Vereador João Antonio

Dib: “Prefeito, vamos trabalhar, porque há muito tempo, quando o prefeito foi Loureiro da Silva, ele também pegou um caos na Cidade, mas não reclamou e não pediu apoio da imprensa; ele simplesmente trabalhou e reverteu a situação”. Portanto, Prefeito, retire os projetos, pois eles não dialogam com os cidadãos e com a nossa Cidade. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, colegas da Câmara, público que nos assiste aqui pelas galerias. Eu acho que, antes de mais nada, era importante solidarizar e apoiar a postura do nosso líder Cláudio Janta, de ter vindo aqui, se expor, inclusive de ter tido a coragem que teve, no primeiro semestre, muitas vezes, de se expor aqui na Câmara de Vereadores contra a própria história dele, muitas vezes para defender políticas e pautas aqui. Ele foi motivo de chacota, de deboche. Inclusive, naquele momento em que invadiram a Câmara Municipal, quem estava falando era o Cláudio Janta. E se colocou, como eu acho que é muito ruim se colocar um corte entre os paladinos da ética, que tudo está correto, e aqueles que não têm ética, estão sempre vendidos, rendidos e defendem coisas por interesse. Inclusive agora neste debate com relação à questão das passagens, eu fui militante estudantil e vejo aqui vários parceiros do Movimento Social, do Movimento Sindical pelos quais eu tenho o maior respeito. Fiz muita luta por passagem pública e quero dizer que não estou vendido para nenhuma empresa de transporte, Alex. Se alguém bateu em algum gabinete, no meu não foi, como disse a imprensa. E se alguém fez isso quero que a gente descubra quem é e encaminhe essa pessoa para a Polícia para ser preso. Porque o debate feito dessa maneira vai ser muito ruim de ser tocado no segundo semestre. Eu acho, sim, que nós temos que ter franqueza para discutir a questão do transporte público, honestidade. Ontem quando eu recebi aqui o representante da EPTC - e eu quero que a gente questione, tem mais cabeças para se pensar - se colocou coisas que realmente têm que ser debatidas. No Brasil, hoje, em Porto Alegre, proporcionalmente, é onde tem mais passagem de favorecidos, de pessoas que são isentas. Na maior parte das cidades não tem isenção nenhuma. Nenhuma! E aí vão se questionar. E por isso até, muitas vezes, eu digo assim: se colocar como paladino da ética, por quê? Porque eu queria ontem, e quero, no segundo semestre, muito ouvir da minha colega e amiga Fernanda Melchionna qual é a saída para o transporte público; que traga um projeto e que a gente apresente para o Marchezan qual é a saída para o transporte público, porque, hoje, de cada três, dois pagam passagem e um não paga, e está comprovado matematicamente. Isso é matemática, vai quebrar. A passagem era para estar dois e pouco. Só que há a isenção de um; de cada cem, 40 não pagam passagens; 40. Quarenta! Quase 40!

E ali se colocava a questão dos deficientes, entre outras. E eu tenho a maior solidariedade com o meu amigo Paulo Brum, que faz uma luta justíssima. O número de fraudes hoje comprovadas é de 20% das passagens.

Eu não estou aqui, gente, vendido pelos barões do transporte. Bem pelo contrário, eu vivo de aluguel, sou pobre. Quem conhece a minha vida sabe que sou muito mais pobre, inclusive, do que muitos dos que dão discurso, dos barões, dos vendidos da política, da corrupção, da quadrilha. Muito mais! Muito mais pobre! Inclusive, sempre tive uma vida muito simples, como quem me conhece sabe bem. Agora, o debate que tem que ser feito é se estes projetos não têm que ser discutidos. Eu acho que não. Têm que ser discutidos. E ontem eu falei para o Paim na reunião junto com a EPTC. Às vezes dá vontade, Carús, sabe de quê? De deixar quebrar. Deixa o transporte quebrar! Nós não nos metemos neste debate. Deixa quebrar! Em março, conforme a perspectiva, vai quebrar. Acabou! Já tem várias empresas entregando. Na Zona Sul, entregaram. Ontem, cerca de 75 lotações foram entregues. Eu pergunto, de forma inteligente, Wambert, porque tudo é direito. No Brasil, tudo é direito. É mais fácil, hoje, tu pagares o Uber, cinco ou seis pilas ou tu andares de ônibus, para ir e voltar? Com esta segunda passagem, de 2011 para cá, a Carris está com quase 70 milhões de dívida. E também não vou aceitar o debate de que “vamos sucatar para privatizar porque é melhor”. “Vamos acabar com o serviço público.” Eu sempre subi aqui e sou muito solidário com os meus colegas da Câmara, defendendo que tenha que ter serviço público, defendendo que tem um Estado quebrado, sim, por políticos, pela má-gestão, mas acho que temos que ter coragem de fazer um debate honesto, e não fazer um debate demagógico, um debate para jogar para a torcida, para agradar seu eleitorado. Simples e puramente, temos que ter seriedade para fazer a discussão, com relação, por exemplo, ao transporte, achar alternativas, e eu quero o projeto do PT e do PSOL para apresentar ao Marchezan uma saída em torno do que está acontecendo, porque o transporte vai quebrar. Vai quebrar! E se fosse por mim deixaria quebrar justamente para comprovar o que estou falando aqui, pelos números. Em última instância, o importante, gente, eu acho fundamental na política... Isso eu acho muito raso, tudo que é do outro não serve. Se fosse Raul Pont o Prefeito e tivesse uma discussão, eu estaria aqui comprometido em fazer uma discussão para melhorar a Cidade. Quem ganha não é o Marchezan, não é o PSDB, e eu não estou aqui de puxa-saco ou coisa deste tipo. Temos que fazer um debate pela Cidade, sério, e ter o compromisso com isso, e isso todos os Vereadores têm que ter.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, Ver. Rodrigo Maroni. Por favor, pediria que as galerias mantenham o respeito democrático ao Vereador que está na tribuna, que tem o direito a manifestar suas opiniões.

O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, não obstante eu entender que o tema hoje presente são os projetos encaminhados pelo Governo, não vai faltar oportunidade para falar sobre este tema, sobretudo porque não quero ser leviano e tratá-lo sem ler ou tratá-lo por aquilo que vi na imprensa, então estou me debruçando sobre os projetos do Governo para depois opinar com mais liberdade e segurança. Mas o que tenho hoje, nesta tribuna, são boas notícias, Sr. Presidente. Foram liberados hoje pela manhã, pelo Secretário de Segurança Pública do Estado, Ver. Maroni, os novos dados da segurança pública. Vivemos numa barbárie, temos vivido num Estado em que a vida humana não vale absolutamente nada, que se mata por prazer ou até mesmo por divertimento, então nós temos aí a contratação de novos brigadianos, tivemos uma decisão extraordinariamente correta do Governo do Estado, que foi enviar os chefes do tráfico para outros Estados, para prisões federais. Vou repetir nesta tribuna o que já tenho falado em todas as tribunas onde falo do tema: é a classe média que financia o crime de Porto Alegre, porque não existe baseado inocente. Enquanto o baseado joga fumaça para cima, deles corre sangue, sangue de policiais, sangue de pobres, sangue de negros, sangue de gente vulnerável que é cooptada pelo crime. Quem financia o crime em Porto Alegre são aqueles que consomem as drogas e que financiam essa carnificina e essa indústria. Não basta a gente tratar dos efeitos, temos que trabalhar as causas. Porém, Presidente, trago aqui as boas novas, os índices de 2016 para 2017 divulgados hoje pela Secretaria de Segurança Pública do Estado: queda nos casos de latrocínio, 58,3%, de 24 casos para 10 em 2017. Furto a bancos, -55%, caiu de 40 para 18 em 2017. Queda de homicídio doloso: -9,9%. Queda de roubo aos usuários de transporte coletivo, e ontem mesmo vimos na mídia a prisão de uma quadrilha, Ver. Cecchim, 34,5%, e a queda no tráfico de entorpecentes, 13,5%. Então é sinal de que no mesmo caminho que está sendo trilhado pela Prefeitura de Porto Alegre, que é o enxugamento dos gastos, que é a redução da máquina pública para que ela possa ser eficiente, o Estado do Rio Grande do Sul está voltando a tomar seus trilhos depois da nuvem de gafanhotos que assumiu o governo na gestão passada, que simplesmente destruiu o nosso Estado. É uma destruição contínua, de décadas, mas a gestão passada foi o tiro de misericórdia no destrato, no desrespeito à coisa pública, e agora toda essa tragédia começa a se resolver com muita coragem. Quero deixar aqui à Bancada do PMDB a minha mensagem, ao Governador do Partido de vocês, as minhas congratulações pela coragem do Governador Sartori de, antes de pensar na popularidade, antes de pensar na demagogia, antes de pensar na sua eleição futura, pensar no Estado do Rio Grande do Sul e nas próximas gerações. Isso já se demonstra nos primeiros números da segurança pública. Deixo o meu abraço ao Governador Sartori, ao Secretário da Segurança Pública e o meu agradecimento, como Vereador de Porto Alegre, lembrando que esses índices que eu li aqui, agora, são da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Presidente Ver. Valter Nagelstein; Ver. Cláudio Janta, nosso Líder; colegas, todos que estão assistindo a exata sessão plenária, eu queria, em primeiríssimo lugar, saudar os nossos dois novos colegas na data de hoje: o Ver. Professor Bernardo e a Ver.^a Carolina Rouseff. Sejam muito bem-vindos. Eu tenho que dividir com vocês que eu estou em primeiro mandato nesta Casa e sei o sentimento, lembro perfeitamente do meu primeiro dia. É um dia muito especial, que vocês tenham um dia realmente muito proveitoso e contem com todos os Pares, independentemente de legendas partidárias, pois os eleitores que colocaram esses representantes aqui os escolheram pelo sentimento de civilidade e de coletividade deles. Sejam bem-vindos.

Faço uso da palavra para responder aqui o pronunciamento do colega Ver. Tarciso Flecha Negra sobre hoje pela manhã, da satisfação que tivemos de acompanhar, com outros colegas nossos que estavam lá, a questão da formalização e regulamentação das estruturas que nós conhecemos por *parklets*. Sou membro da COSMAM, esse assunto é recorrente aqui na Casa, vemos que a Administração Municipal, os secretários envolvidos tiveram toda a preocupação, Ver. André Carús, de, realmente, da maneira mais célere, abrir esse espaço que trará uma qualidade de vida muito escassa hoje em dia nas grandes cidades. Então, eu não posso deixar de saudar tudo o que o Ver. Tarciso disse aqui. Preciso também dividir com vocês a alegria durante esse tempo do recesso parlamentar, quando estive na companhia de vários Vereadores da Casa no ato de lançamento da questão da Semana Farroupilha. E tinha se chegado a aventar nas redes sociais e em alguns veículos de imprensa, Ver. Valter Nagelstein, que não haveria Semana Farroupilha por falta de recursos públicos. Então vi o esforço das associações, vi o esforço do MTG, assisti a uma brilhante cerimônia que se pode traduzir, por que não, em uma das maiores cerimônias que a gente pode ter tido na história recente de Porto Alegre. Então fico muito feliz por ter acompanhado isso também. E não posso deixar de agradecer publicamente à Secretaria de Serviços Urbanos pela publicização do resgate da manutenção, junto com a iluminação pública, com vários órgãos de limpeza, que está sendo feita pelas redes sociais. O Secretário Ver. Ramiro Rosário, que é nosso colega, Secretário de Serviços Urbanos, vem de forma pública fazendo com que todos nós saibamos semanalmente quais os bairros em que vão ter os seus espaços públicos, suas praças atendidas.

E para não deixar passar batido sobre a questão dos projetos da gratuidade, e os outros projetos que estão entrando na Casa, quero dizer que quarta-feira que vem, noticiado e articulado pelo nosso Líder, Ver. Cláudio Janta, pelo que eu sei, o Presidente da EPTC, Marcelo Soletti, estará aqui para falar sobre todos eles, de quais os dados que se têm, do porquê e de seus motivos. Para os que me conhecem sabem que eu não gosto de radicalismo nenhum, então acho que com calma, com debate, com conversa a gente constrói, e é para isso que o cidadão de Porto Alegre precisa de nós.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Moisés Maluco do Bem. A Ver.^a Carolina Rousseff está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

A SRA. CAROLINA ROUSSEFF: Boa tarde a todos e a todas, ao Sr. Presidente e aos prezados colegas Vereadores e Vereadora, aos funcionários em geral e ao público nas galerias. Meu nome é Carolina Rousseff, eu sou estudante de magistério, sou militante da juventude, feminista e tenho 21 anos. E tendo 21 anos, eu sou a mais jovem a assumir esse espaço na história desta Casa. Nesta Casa, vou protocolar dois projetos de lei, um deles altera o Estatuto da Juventude. Nossa intenção, em pensamento, foi atualizá-lo, tendo em vista que ele foi aprovado em 2006 e temos um Estatuto Nacional de Juventude de 2013. Fizemos melhorias nele para melhor atender a juventude de hoje. Melhor atender a diversidade da juventude e os problemas que essa juventude vem enfrentando. O segundo é sobre a questão do transporte, pois consideramos que esse tema está tão presente no nosso dia a dia, e a retirada de direitos com relação a isso ataca os trabalhadores, a juventude e os idosos. E não podemos deixar que isso aconteça. Por isso, a gente procurar garantir os direitos que temos hoje e ampliá-los para uma juventude que acabou o seu ensino médio, mas precisa procurar um emprego. A gente está propondo que não retire dos idosos o direito à Saúde. É muito importante que não se demitam os trabalhadores da Carris, e é esse o Projeto do Desgoverno Marchezan. E a gente vai fazer essa contraproposta e vamos fazer esse enfrentamento.

Além disso, não podemos deixar de falar que o Desgoverno Marchezan vem atacando a juventude, quando retira o EJA, que vem atacando os trabalhadores municipais, que vem atacando toda a população, principalmente os mais pobres, porque não é um Governo para os mais pobres, mas sim para os empresários. Ele não pensa na classe trabalhadora. Por isso ele quer retirar direitos, quer retirar o EJA. A gente considera hediondo isso, porque as pessoas precisam de um espaço para estudar. Isso está na Constituição. Todos e todas hoje sabem que deveriam estar votando em Brasília a cassação do Temer. Mas não sabemos se estão, porque a gente já sabe as artimanhas que são usadas. Isso que está acontecendo em nosso Município é um reflexo do desmonte que vem acontecendo em nível federal e municipal. Por isso, consideramos crucial que seja votada a cassação desse mandato golpista, já que esse senhor deu um golpe numa Presidenta eleita democraticamente, com 54 milhões de votos. Hoje, vivemos uma violação da democracia, e precisamos que ela seja restabelecida no nosso País. A juventude não aceita golpistas; a juventude não aceita retirada de direitos. Um governo neoliberal que visa o lucro dos empresários e não da população, que nada mais fez do que desmontar programas sociais, e isso ter resultado no Governo do Estado, sim, que pagou R\$ 650 para os professores. Não é um Governo que está ajeitando a casa, é um Governo que está desmontando a educação. É esse o Governo que nós temos no Estado. E a juventude não vai arredar o pé das ruas em defesa dos nossos direitos, em união crescente com os trabalhadores, porque unidos somos mais fortes. Ontem, no ato do Simpa, nós mostramos isso, mostramos isso, nós vamos parar esta Cidade em

defesa dos nossos direitos. Os direitos não se negociam e eles não vão passar. Tenho também a dizer que estou muito feliz de estar nesta Câmara, e que aqui vou estar representando, estar lutando pelas nossas pautas, pelos nossos direitos. E também gostaria de agradecer a recepção de todos e todas. Mas, por último, para concluir: Fora Sartori; Fora Marchezan e Fora Temer! Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, Ver.^a Carolina. O Ver. Professor Bernardo está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

O SR. PROFESSOR BERNARDO: Presidente, prezados Vereadores e prezadas Vereadoras, eu quero começar, neste espaço, agradecendo ao Partido dos Trabalhadores pela sua concepção visionária, sua concepção de pensar um partido de forma coletiva, que dá espaço para a sua juventude, para seus candidatos. Também quero agradecer à companheira Sofia, ao companheiro Marcelo, além dos outros suplentes que deram este espaço para a juventude vir aqui se expressar, de forma brilhante e combativa, como a companheira Carol fez, num primeiro momento.

Eu quero começar minha fala dizendo que a gente vive num país que é uma piada internacional, porque nós temos um inocente na cadeira, o Rafael Braga. É sabido por todos, pois existem comitês por todo o mundo, que um inocente está preso pela Justiça brasileira; é sabido pelo mundo inteiro que um Presidente ilegítimo governa este País, é sabido no mundo inteiro que há um criminoso na Presidência da República e vários “rafaeis bragas” inocentes nas cadeiras. Quero começar pontuando isso, porque é dessa conjuntura que partimos.

Sou professor de educação popular desde 2010, e desde 2011 coordeno o Pré-Vestibular Resgate Popular, ajudando, junto com meus colegas professores e professoras, a botar centenas de jovens da periferia, da classe popular, na universidade. Eu quero refrescar – como sou professor de história, uma história que não é de tanto tempo atrás – a memória do Prefeito Nelson Marchezan, lembrando 2013. Em 2013, houve uma revolta popular que começou nesta Cidade por causa da ingerência do capital privado sobre o que é direito público. As primeiras manifestações começaram no Auditório Araújo Vianna, queimando o balão da Coca-Cola, na ingerência da parceria público-privada que elitizou o acesso à cultura. Depois, seguimos na defesa pela alegria, que começou pela especulação imobiliária, que financia a campanha de boa parte dos colegas aqui da Casa, fechando lugares de lazer no bairro Cidade Baixa, e, por fim, a maior ingerência do capital privado no transporte público, que foi o estopim das mobilizações sociais. Não é possível que – e já explicarei o porquê – quem governa este País na tríade do terror, Temer, Sartori e Marchezan, consiga governar para uma pequeníssima minoria e para o massacre de muitos da população. Eu quero trazer, como diria o grande educador Paulo Freire, a educação, que está dentro desse desmonte. Paulo Freire dizia que educação sozinha não transforma a sociedade; todavia, sem educação é

impossível se transformar a sociedade. O Marchezan protagoniza, aqui nesta Cidade, um desmonte da educação. Foi fechado o único cursinho popular municipal, que era o Pop, e foi alterada a regra da matrícula do EJA, o que vai fazer com que quase não exista mais esse espaço nas periferias, num combo maligno de também se restringir a segunda passagem e tirar o acesso, então, dessa camada da população à educação.

Eu também quero dizer, colegas, que esse desmonte do Estado, da maneira que está sendo feito, nos lembra não apenas a década de 1990 – eu convido os colegas a colocarem no Google “fome FHC” e “fome Lula” para verem o que aparece –, mas também o período do regime militar, porque não é possível tirar direitos, como estão tirando agora, sem a extrema repressão. Vemos, nas ruas, os trabalhadores correrem da bala de borracha e da bomba de gás lacrimogêneo. A gente volta para um estado de exceção, que está sendo aplicado nos três âmbitos da federação.

É sabido no mundo inteiro que aqui não estamos vivendo uma democracia plena, e eu quero trazer para o nível municipal. Pessoal, democracia não é apenas garantir que quem foi eleito pela maioria assuma; democracia é todos terem acesso à educação – isso está sendo privado com o ataque ao EJA, com o ataque ao cursinho popular –, democracia é todos terem acesso à Cidade – e isso está sendo atacado, tirando a segunda passagem.

Quero reforçar um pouco o debate da Carris. Diz-se muito que a Carris é deficitária. Eu quero lembrar que o projeto de desmonte da Carris vem de longo prazo, tiraram as linhas mais lucrativas da Carris de maneira proposital, visando sucatear. Então, sim, colegas, é um plano de sucateamento do que é público.

Para finalizar, vou protocolar na Casa um projeto que prevê uma política de educação popular, de acesso a jovens da classe popular à universidade, trazendo a importância de a educação ser o momento de esperança. Como diria Santo Agostinho, a esperança tem duas filhas lindas, a raiva e a coragem: a raiva das coisas como elas estão e a coragem para transformá-las. Quanto à raiva, eles estão caprichando para termos nos três anos; e, quanto à coragem, companheiros e companheiras, sempre tivemos. Uma excelente luta para nós! E boa sorte para os nossos inimigos!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Agradeço, senhoras e senhores, por este período. Desejo que tenhamos um bom segundo semestre, quiçá melhor que o primeiro, com dias mais calmos aqui neste Parlamento e com mais respeito à diversidade, à pluralidade de pensamento e ao direito sagrado de cada Vereador em expressar aquilo que pensa através do seu voto. Muito obrigado.

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, primeiro, quero fazer referência aos suplentes que hoje assumem o mandato na véspera de datas importantes que fazem alusão à juventude. Também quero colocar que eu já estive nessa condição por duas legislaturas e assumi algumas vezes o mandato como suplente. Talvez eu tenha sido mais respeitoso e cauteloso em algumas colocações quando subi à tribuna e um pouco mais responsável também quando fiz – não lembro – referência a autoridades públicas do Município ou do Estado.

Só vou fazer uma defesa aqui, ao Governador José Ivo Sartori. Se o Governo Sartori administra algum desmonte hoje no Rio Grande do Sul, é quase como a qualificação de arqueólogo que ele teve que desenvolver para administrar as ruínas deixadas pelo PT, pelo Governo Tarso Genro, principalmente na área da Segurança Pública. Eu já disse uma vez e vou repetir: não é o Secretário Cezar Schirmer que tem na sua equipe de assessores, como tinha o Secretário Michels, um comparsa guarda-costas, marginal, traficante, como o Xandi, que estava em Tramandaí e foi morto. Muito pelo contrário, é o Secretário Cezar Schirmer que tem transferido presos para presídios federais fora do Estado, combatendo, na matriz, o problema da criminalidade, o consumo e o tráfico de drogas. Os resultados – não preciso me repetir – o colega Ver. Professor Wambert já externou todos aqui: a redução flagrante da criminalidade, principalmente em Porto Alegre.

Não vou defender o Temer, cidadãos de Porto Alegre, porque não fui eu que votei no Temer, muito pelo contrário; o PMDB do Rio Grande do Sul teve posição política e oficial contra a aliança com o PT. Então, quem elegeu o Temer que assuma essa responsabilidade e não transfira para os outros um problema de consciência que é de vocês! Esse é um problema de consciência de vocês, não nosso! Nós temos a nossa consciência e responsabilidade do apoio político que assumimos com transparência pública na eleição de 2014.

E quero dizer aos jovens que militam aqui nas causas populares que este Vereador esteve, no recesso, visitando escolas que serão penalizadas caso feche a descentralização da educação de jovens e adultos. Não vi muitos dos que vêm aqui, que são militantes por rede social, para bagunçar a galeria da Câmara. Este Vereador, também durante o recesso, articulou um produto que resultou hoje, com várias entidades estudantis representadas, na criação da Frente Parlamentar em Defesa do Meio Passe. E já peço aqui o apoio de todos os Vereadores – da base do Governo, dos independentes, da oposição – no sentido de comporem a Frente, para que possamos fazer um debate franco sobre a qualidade do transporte público em Porto Alegre e sobre essa possível retirada de um direito consagrado há 62 anos em Porto Alegre, que é o meio passe estudantil.

Então, não venham aqui... Respeito a diversidade, como bem colocou o nosso colega Ver. Valter, mas, se nós vamos fazer um debate político qualificado, ninguém aqui vai ser dono de ideias mais progressistas, mais socialistas, mais à esquerda; ninguém é dono disso. E também não é desqualificando o outro que nós vamos afirmar as nossas posições. Este é o grande problema, Ver. Idenir Cecchim, Líder da nossa bancada: a intolerância política das pessoas que não reconhecem nos

outros a capacidade de atender ao interesse público, de defender os que mais precisam, por isso as vilas têm minguado cada vez mais seu espaço nos parlamentos, no Executivo, não só no Rio Grande, mas no Brasil. E 2018 fará justiça de novo: fora PTs intolerantes e que não respeitam a democracia!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara. Venho à tribuna falar em nome do meu partido, o PSOL, portanto em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Roberto Robaina. Vamos tentar dar um viés a esse debate um pouco mais racional dentro do pacote que o Prefeito Nelson Marchezan Júnior envia a esta Casa Legislativa.

Senhoras e senhores, o Prefeito encaminha a esta Câmara um projeto que consegue desestabilizar e desgostar parte da sua própria bancada, a bancada de Governo. Saúdo a sensibilidade e a exposição clara que fez o Líder do Governo, Cláudio Janta, de oposição a essa barbárie que o Prefeito manda para esta Casa Legislativa cortando o meio passe estudantil, cortando o meio passe para os colegas professores e retirando uma série de gratuidades e afirmando categoricamente, nos veículos de comunicação, que todas essas retiradas de direitos de gratuidade e das meias passagens não terão necessariamente reflexo na diminuição da passagem. Isso foi dito pelo Prefeito, que ele iria retirar gratuidades, que ele iria retirar as meias passagens, mas que isso não se refletiria na diminuição da tarifa do transporte público desta Cidade, que é um dos mais caros do Brasil.

Eu penso: “Para onde vai esse dinheiro!?”. Não é para o bolso do cidadão, não é para o bolso do trabalhador, da trabalhadora, não é para o bolso do estudante. Não! É para o bolso dos empresários desta Cidade, que – pasmem! –, além de todos os dados da planilha tarifária que fazem com que seja calculada a tarifa desta Cidade, como preço de pneu, óleo diesel, óleo lubrificante, o salário dos rodoviários, colocam dentro da planilha tarifária a margem de lucro preestabelecida para esse empresariado. Isso é obsceno. Isso é obsceno! Colocar margem de lucro preestabelecida, isso é um horror! Agora, reduzindo as gratuidades, teoricamente o povo vai ter que pagar pela segunda passagem. E aí eu faço o meu desabafo de tremendo pesar com relação aos professores estaduais, que, além de terem um salário que não pode ser chamado de salário, e sim de ajuda de custo, vão ter que arcar com a despesa do ir e vir, do traslado para os seus estabelecimentos de trabalho, custeando, pagando a passagem integral.

Pensem no reflexo que isso vai ter nos nossos estudantes. Muitos deles não terão talvez o dinheiro para fazer os seus deslocamentos, para chegar até os seus estabelecimentos de ensino, e isso vai aumentar a evasão escolar, que, na nossa Cidade, é calamitosa. Nós tivemos em dois anos, nesta Cidade, na última aferição, 30 mil alunos

evadidos nas nossas escolas, 30 mil evasões! Nós precisamos combater esses números terríveis. E não é penalizando o aluno e os seus familiares, os seus responsáveis, não é assim. Nós precisamos aumentar o ingresso e a permanência dos nossos jovens nas escolas, e o Prefeito parece não se importar com isso, porque para o jovem trabalhador o que ele oferece é uma restrição nos espaços de educação, de ensino de jovens e adultos. Essa luta não foi vencida, o EJA está na mira do Prefeito e do seu Secretário Adriano Naves de Brito, está na mira. Nós já passamos do período de recesso escolar e não temos ainda um calendário oficial de matrículas e de aulas para o segundo semestre no EJA. Não temos! Ou seja, eles não estão nem aí para os nossos jovens, para aqueles que querem lutar contra as adversidades e buscar qualificação profissional, buscar conhecimento, buscar cultura.

Isso é lamentável, mas esta é a Cidade, esta é a Porto Alegre que está sendo desenhada pela caneta do Sr. Nelson Marchezan Júnior lá no Paço Municipal, e com a anuência de muitos Vereadores desta Casa. Nós não podemos aceitar isso, nós não podemos permitir que os nossos jovens sejam penalizados, nós não podemos permitir, porque votamos, na legislatura passada – eu estava aqui, muitos se reelegeram e estão aqui –, o Plano Municipal de Educação, onde está escrito, na quinta meta, que nós temos o dever, nos próximos dez anos, de aumentar o acesso à educação e cultura, o letramento da população porto-alegrense. E isso está sendo ignorado pela Prefeitura, está sendo ignorado pela Secretaria de Educação da nossa Cidade. Aliás, com esse Secretário, eu me atrevo a dizer que deveríamos talvez mudar o nome da Secretaria de Educação para secretaria da má educação, secretaria da irresponsabilidade, secretaria do trabalho malfeito, secretaria do achismo!

O que nós temos em Porto Alegre, senhoras e senhores, é vergonhoso: é um atentado à educação pública, é um atentado à população pobre, é uma restrição ao acesso, que é direito constitucional, à educação, para todo cidadão brasileiro. Chamamos isso de administrar para o povo? De administrar para uma cidade melhor? Eu não ousou usar esses argumentos e adjetivos para a Prefeitura de Porto Alegre, não ousou, lamentavelmente. O que nós temos é um retrocesso pesado, violento, um desdém sem tamanho nunca antes visto nesta Cidade. Talvez essa pressão exercida pelo Prefeito tenha um significado: uma restrição do acesso da população pobre às áreas centrais da Cidade, para que sejam deixados na periferia, para que sejam mantidos sem acesso a transporte público, para que sejam mantidos, restritos nos seus locais de nascimento e moradia sem acesso à educação, à cultura, à saúde. O que é isso?! Isso é uma vergonha para todos nós. Dentro em breve, a capital dos gaúchos vai ser a capital do quê? Do caos social? É o que está sendo desenhado.

Por favor! O ataque aos servidores públicos municipais, que está dentre os projetos apregoados no início da tarde de hoje, tem um significado. O Marchezan, Prefeito desta Cidade, está querendo expulsar, banir os servidores públicos. Para quê? Para terceirizar os serviços? A maravilha, então, a solução de todos nossos problemas é a terceirização do serviço público; vejamos o que aconteceu com o DEP. A empresa que estava sendo paga para limpar bueiros limpava 270 bueiros em uma rua que tinha

menos de uma centena. Não aceitaremos isso, não aceitaremos calados, não nos curvaremos. Fora Temer! Fora Marchezan! Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Agora que está chegando a Semana Farroupilha, eu vou ser rápido, curto que nem coice de porco. O negócio é o seguinte, preciso dizer algumas coisas aqui, com a autorização do Líder do Governo, falando em Liderança do Governo: primeiro, não há intenção de o DMAE ser vendido. É mentira de quem disse aqui, que me antecedeu; o DMAE não vai ser vendido. O que há é uma lei muito antiga que não permite, do jeito que está escrita, que se faça Parceria Público-Privada nem para o esgoto. Ali na Zona Norte, onde vários Vereadores têm representatividade, a gente viu, na época, casas com esgoto até o joelho, que a galeria ou está destruída, entupida ou nunca foi limpa... E não interessa se foi... Nós, desta Administração, estamos fazendo tudo para acompanhar as investigações da polícia, analisar o que aconteceu ou que não aconteceu, mas esta Administração quer, sim, Parceria Público-Privada, para fazer o que tem que ser feito de reconstituição de galeria, desentupir bueiros, etc. Só que para fazer Parceria Público-Privada no esgoto, tem que mexer na Lei Orgânica. E aí transformar isso – mexer na Lei Orgânica – em vender o DMAE, desculpe-me, é de alguém que tem terceiras intenções, baseadas em politicagem, em política partidária, ou para fazer um cavalo de batalha para algo criado.

Segundo, o EJA: perdoem-me, mas o EJA é uma demonstração clara deste Governo de que, quando se comete um erro, não precisa se ter vergonha de voltar atrás. Houve, sim, um equívoco de leitura de centralização das matrículas. Voltou-se atrás, foi devolvido, pelo sei, hoje pela manhã – perguntei para o Secretário Adriano –, porque tinha que se ter um controle ou um número um pouco melhor estimado do número de pessoas. Agora, eu quero dizer sobre o futuro do EJA. Eu quero que um dia nós não tenhamos mais EJA, que em Porto Alegre as pessoas sejam alfabetizadas e educadas nas suas faixas etárias. Simplesmente, elas deveriam ter sido, mas, infelizmente, foi uma falha nossa não proporcionar educação na sua totalidade com qualidade. Eu espero que um dia não se tenha necessidade de se ter EJA e que os nossos jovens adultos já tenham passado por um processo de educação, o qual tenha aberto portas e possibilidades para que eles não tenham, depois de uma exaustiva jornada de trabalho, que ir para a escola à noite, num espaço que existe por falhas da gestão pública, por falhas de políticos com a nossa educação. Então, por respeito a todos os Pares, vou aguardar um estudo de todas as senhoras e os senhores dos projetos que estão, ou que vão permanecer, ou que não vão, porque todos com que tenho falado estão debruçados em estudá-los.

Então, quero dizer que eu precisava falar especificamente aqui sobre as questões que foram ditas sobre o DMAE e o EJA, como vários outros absurdos,

desculpem-me, que são criados ou por falta de informação ou por intenção político-eleitoral. Era o que eu tinha para dizer, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, colega Vereadores. É interessante voltar do recesso Parlamentar e participar de uma Sessão plenária em que me sinto, hoje, de volta à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Aliás, mais especificamente, de volta às militâncias estudantis de disputa de DCE, que muito vi na UFRGS, especialmente relacionado aos cursos de humanas, tamanho a quantidade de chavões, tamanho a quantidade de adjetivos, o que poderia dar um belo de um bingo aqui: “Neoliberal, imperialista, empresário”. Enfim, tanta coisa bacana de se discutir num Parlamento... É uma pena que a gente tenha que falar dessa forma.

Quero aproveitar a pauta. Há muita pauta que fui anotando aqui das falas dos Vereadores, eu gostaria de pincelar rapidamente cada uma delas, se houver tempo. Falo em educação, e aí tanto o Ver. Alex quanto outros Vereadores falaram sobre a parte de educação. Chama-me atenção essa suposta preocupação com a educação, pois, quando eu vim à tribuna, algumas semanas atrás, antes do recesso, eu falei dos 36% de professores do nosso Município que estão afastados por conta de licença médica ou de incapacidade e que isso era um problema que precisava ser endereçado. Eu não vi nenhuma movimentação a respeito, a não ser a movimentação de inúmeros professores e de sindicatos ligados ao PT e ao PSOL que foram me ofender, por eu apontar um número, sem juízo algum de valor, querendo justamente propor um debate para melhorar esse problema.

Além disso, eu acho curiosa a quantidade de vezes que falamos em direitos sendo atacados, direitos do povo, quem estaria sendo atacado por todos esses projetos. E aqui eu não sou da base do Governo para ficar defendendo esses projetos, porque acho que eles não atacam o cerne do problema do transporte público, sobre o qual vou falar logo em seguida. Mas direitos do povo... Façam o favor, direitos do povo? Qual povo? Quem é que paga a isenção do transporte público? Quem é que paga a meia passagem? Eu, Vereador, recebendo R\$ 10 mil reais de salário, estudo uma especialização na UFRGS e poderia usar meia passagem. Quem é que paga a meia passagem do Ver. Camozzato se ele resolver usar? Vai me dizer agora que não é o povo, que não é a senhorinha dona do churros, da carrocinha de cachorro-quente que tem que pagar a passagem inteira, porque ela não tem um empregador ou o desempregado que não tem empregador para custear sua passagem? Ela, o povo tem que sustentar muita meia passagem e muita isenção de quem tem condição financeira para bancar. Então o debate deveria ser muito mais direcionado a benefícios por renda do que propriamente para algum tipo de classe. Então vamos parar com esse negócio de direitos.

E a nova Vereadora do PT cita aqui: “Vamos parar Porto Alegre, porque direitos não se negociam”. Pelo amor de Deus, isso aqui não é MST, não é CUT, não é MTST, que invadem, que param... Ou melhor, invadiram; invadiram o plenário aqui naquela votação da previdência. Mas isso aqui não é “madurismo”, a gente não está na Venezuela, onde se pode fazer o que quiser, porque nós somos governo e nos sentimos no direito de sair invadindo, calando, prendendo pessoas que discordam da gente, matando estudantes que discordam da gente. Aliás, muito ouvi aqui defesa de estudantes, defesa de minorias, defesa disso e daquilo, a preocupação com os direitos humanos, citando Rafael Braga. Vamos falar sério? Vocês não se importam com direitos humanos! Vocês fizeram declarações – PT, PCdoB, PSOL – de apoio ao governo Nicolás Maduro – agora, há poucos dias. Vocês estão se lixando para os direitos humanos. Então não venham com ladainha de que vocês se importam com isso, porque isso aqui é puro papo político de quem não tem compromisso com a verdade. Aliás, o PT tanto não pode ser levado a sério, que agora preocupados com o “Fora, Temer” – aliás, eu sou “Fora, Temer” muito antes de ser modinha, porque eu não votei nele –, estão tão preocupados, que o governador do PT na Bahia liberou seus secretários petistas para defenderem Temer, para ajudarem Temer em Brasília. Isso é golpe também?

Então, falando sobre o transporte público, acho que o problema é muito mais em baixo. Não é apenas questão de cobradores, de isenção de 60 a 64 anos, não é a meia passagem; o problema está nosso sistema engessado: temos tanto a receita quanto a despesa engessada por meio de regramento. Imagine você, dono ou dona de casa, que recebe R\$ 1.000,00 de receita para gastar com água, luz, telefone, aluguel, e não sobra nada no final do mês. Você continuará tendo as despesas, mas, no mês seguinte, você não ganha mais R\$ 1.000,00, porque diminuiu o volume de passageiros; você agora tem R\$ 900,00 disponíveis. Ao mesmo tempo, você tem que cumprir determinado número de linhas, em determinados horários, com determinados equipamentos nos ônibus. Enfim, é tão engessado o nosso sistema... E vamos combinar, é um oligopólio fechado, em que as empresas acabam sendo defendidas pela Prefeitura em vez de a Prefeitura batalhar para que esse mercado seja mais livre, mais flexível. Discutir preços *a posteriori*, depois que colocamos uma série de regras, exigências, direitos, é tarde demais, só resta fazer este tipo de coisas: cortar isenção para idosos, cortar cobradores, tirar a meia passagem, porque o sistema não é mexido, e o problema está aí.

Por último, gostaria de parabenizar a Prefeitura no seu ato de hoje, dos *parklets*, isso é um avanço interessante para a Cidade. Ao mesmo tempo, quero cobrar da Prefeitura dois Pedidos de Informações que já venceram; já passaram mais de dois meses, e não tive sinal de resposta ainda. Se a Prefeitura preza pelo respeito ao Parlamento, que se dê a consideração de responder os Pedidos de Informações dos Vereadores que assim o fazem. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO ZACHER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, com certeza nós teremos um semestre de bons embates e debates. No retorno deste recesso, eu não poderia deixar de citar aqui duas falas, sem nenhum tipo de desrespeito – por favor, não quero que seja entendido assim, Ver. Cláudio Janta –, mas as falas do Líder do Governo e, depois, a face rosada do Vice-Líder do Governo... É o que tenho reafirmado já há algum tempo, Ver. Tarciso: o ano de 2016, eleitoral, foi muito atípico, as pessoas tinham sentimento de mudança incrível, queriam o novo, inclusive partido novo surgiu. O fato é que esse novo, essa mudança, lá na eleição, assumiu alguns compromissos.

Esta Câmara, Ver. Cassio, talvez tenha muitos poucos ou raros Vereadores que tenham, na sua essência, nas suas convicções, esse modelo liberal, ultraliberal que o Governo Marchezan tenta colocar na Cidade. Colocado aqui pelo Líder, pelo Vice-Líder, que tenta fazer as suas defesas, mas tenho absoluta certeza de que irá morder a língua diante do que há por vir do Governo. É isso! É isso. Ora, Ver. Moisés, que infelizmente não está no plenário, em relação a isso que tentou defender, V. Exa. irá morder a língua. O Governo quer, sim, Robaina, privatizar o DMAE. O Governo quer tirar as isenções – é um bom debate; aliás, é um bom debate, vamos fazer, vamos ver o que é possível permanecer –, quer retirar a gratuidade da segunda passagem. E isso é, sim, garantir não o sistema, mas empresas que têm feito um choro permanente porque dizem que estão aí... E vou mais: vamos lembrar do fim do OP e agora a lei alterando, empoderando os conselhos. E a gente sabe que esses conselhos têm alta participação do Governo para cancelar aquilo que ainda tem por vir, o fim do EJA... Preparem-se para o IPTU. O cidadão vai pagar a conta deste Governo. O ódio aos servidores... Olha, faltará tempo, porque eu só tenho cinco minutos.

Eu quero dizer aos colegas Vereadores e ao público que nos assiste que nós iremos enfrentar um semestre de muito embate, porque são questões que estão sendo tocadas e que não têm representatividade nesta Câmara, que não têm legitimidade da população, porque não elegeu um Prefeito que tinha esses propósitos. Uma grande parcela da população não foi às urnas; aliás, quem não foi às urnas ou teve abstenção do seu voto ou o justificou foi superior aos votos ao Prefeito eleito.

Então, meus companheiros, eu quero dizer a esta Casa, a vários Vereadores que conheço muito bem a história. Ver. Janta, respeitei suas colocações, o que V. Exa. colocou aqui não foi apenas no sentido de ser contra um projeto, é dizer que, dentro da sua alma, tem essência, tem luta de anos, por isso V. Exa. veio aqui e contrariou. E não é o primeiro Líder que eu vejo contrariar o Prefeito. Esta Casa tem que se fazer respeitar, esta Cidade tem que se fazer respeitar, porque estamos diante não apenas de mudanças que talvez algumas sejam bem discutíveis, necessárias para o bom debate, mas que façamos esse bom debate olhando para o futuro, para que nós possamos construir uma cidade e sair da crise, para que façamos com que este Parlamento seja respeitado pela história que tem com a Cidade.

Muito obrigado e agradeço pelo tempo que V. Exa. me deu, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 16h07min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL (Requerimento): Solicito a retirada do PLCL nº 221/14 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje, para que, sobre ele, seja feita uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1798/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 206/17, de autoria da Mesa Diretora, que extingue, quando vagarem, 10 (dez) cargos de Vigilante II, código 1.1.1.4.6, integrantes do Quadro dos Cargos Efetivos, constantes no art. 9º da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986, e alterações posteriores.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Cláudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 29-06-17.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 206/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PLL nº 206/17. (Pausa.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 206/17.

O SR. CASSIO TROGILDO: Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein, na condução dos trabalhos neste momento; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias e também pela TVCâmara, saúdo a todos.

Este Projeto de Lei do Legislativo, de autoria da Mesa Diretora, já foi tratado na reunião de Líderes. Na verdade eram dois projetos que envolviam essa questão, um primeiro projeto nós aprovamos ainda antes do final do primeiro semestre, que reenquadrou, no Plano de Classificação de Cargos e Salários, os vigilantes da Câmara Municipal, para que pudéssemos, então, depois, Ver. Rodrigo Maroni, encaminhar este projeto, a fim de cumprir todo um conjunto de medidas, Ver. Airto Ferronato e Ver. Dr. Thiago, para que possamos ajustar as questões de segurança aqui na nossa Câmara Municipal. Então, só para terminar de publicizar, Ver. Alvoní Medina, este projeto extingue esses cargos a partir do momento em que forem sendo vagos por aposentadoria ou por alguma troca de carreira dos servidores. Eram esses os esclarecimentos. Solicito aos Pares que possamos aprovar este projeto, a fim de dar continuidade às medidas que envolvem a segurança da Casa. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLL nº 206/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com votos contrários da Ver.^a Fernanda Melchionna, do Ver. Prof. Alex Fraga e do Ver. Roberto Robaina.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO (Requerimento): A pedido do Ver. Paulo Brum, solicito a retirada do PLL nº 025/15 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Luciano Marcantônio. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro e do Ver. Idenir Cecchim, ao PLL nº 098/16.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 098/16 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O SR. CASSIÁ CARPES (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PR nº 012/17. Após retornarmos à ordem normal. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassiá Carpes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0961/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/17, de autoria da Mesa Diretora, que denomina Pedro Américo Leal a sala 311 da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizada no terceiro pavimento do Palácio Aloísio Filho.

Parecer

- da **CCJ**. Relator Ver. Luciano Marcantônio: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 05-07-17 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PR nº 012/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 012/17.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, obrigada pela paciência de esperar que eu chegasse à tribuna, caminhando devagarzinho, por conta de uma cirurgia no joelho. Eu utilizo a tribuna na nossa primeira Sessão após a o recesso. Achei, confesso, que eu não conseguiria falar sobre projeto, cuja iniciativa do Ver. Cassiá e da Mesa Diretora me surpreendeu. Denominaram a sala da Bancada do PP com o nome de Pedro Américo Leal; é claro que me emociona muito. Aqui nesta Casa, o meu pai foi um Vereador extremamente comprometido, dedicado, feliz. Foi nesta Casa que comecei a dar os meus primeiros passos na vida política. Pedro Américo Leal, todos sabem, era uma pessoa que defendia com muita lealdade suas ideias. Era respeitado pelos opositores e admirado por muitas pessoas. Quero agradecer a iniciativa, a lembrança do meu Partido, a lembrança do Ver. Cassiá Carpes. Sem sombra de dúvidas, eu falo em meu nome, em nome da família Leal, também em nome do meu Partido, Partido Progressista do Rio Grande do Sul, e daquelas pessoas que construíram essa sigla com ética, com compromisso, com honestidade e que trabalham com a boa

política, atendendo as necessidades da população de Porto Alegre. Eu gostaria aqui de deixar o testemunho em meu nome e em nome da minha família. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 012/17.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, eu ia fazer um aparte à Ver. Mônica, mas, como estava encaminhando, não pude pedir o aparte. Quero registrar que tive a satisfação de ter sido Vereador com o Pedro Américo Leal aqui na Câmara e não poderia deixar de estar aqui para deixar um abraço a ti, querida Mônica, a tua família toda, cumprimentando pela belíssima homenagem que se faz a um grande homem da cidade de Porto Alegre. Homem que, como eu, veio do Interior e aqui viveu, conviveu por longos anos. Portanto, minha saudação, parabéns a ti e a tua família toda. E a cidade de Porto Alegre ganha com isso, também a Câmara. Aquele abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PR nº 012/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns à Bancada do PP, em especial à Ver. Mônica Leal, pela justa homenagem.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0970/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/17, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que concede a Comenda Porto do Sol à Sociedade de Ginástica Porto Alegre – Sogipa.

Parecer:

- da **CCJ.** Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 03-07-17 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PR nº 013/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1389/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 132/15, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga e da Ver^a Fernanda Melchionna, que obriga a inclusão da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, e alterações posteriores, e da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, no conteúdo das provas de legislação de concursos públicos do Município de Porto Alegre.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relatora-Geral Ver^a Jussara Cony: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 06-02-17.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 132/15. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 132/15.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, Vereadoras e Vereadores, este projeto de lei de nossa autoria visa principalmente a fazer com que os indivíduos postulantes a um cargo no serviço público no Município de Porto Alegre sejam sabedores e divulgadores dos seus próprios direitos e deveres. A inclusão desses conteúdos dentro do rol, da listagem dos temas das provas legislativas em concursos da nossa Cidade pretende principalmente fazer com que este indivíduo, este cidadão que, porventura, faça um concurso público seja aprovado e vá trabalhar na ponta do serviço público, lá nas escolas, nos postos de saúde, nos bairros, na periferia, seja um indivíduo que possa saber, conhecer e propagar o conhecimento a respeito de direitos fundamentais dos cidadãos, principalmente com relação às nossas crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente é muito discutido no Brasil atualmente, mas é pouquíssimo conhecido. Sabemos que é uma legislação bastante ampla, mas o indivíduo que é sabedor dos direitos e deveres é um indivíduo que pode utilizar a sua cidadania de forma muito mais ampla. O professor, o agente de saúde têm um contato direto com a população, e, sabendo do teor dessas leis, esse servidor pode, inclusive, auxiliar a população que procura os serviços públicos; pode dar informações;

pode contribuir para que a nossa Cidade tenha justamente uma ampla cobertura e um resguardo dos direitos das nossas crianças, dos nossos adolescentes e também um pleno conhecimento a respeito de uma lei que é importantíssima, que é a Lei Maria da Penha.

Senhoras e senhores, muitas cidades do nosso País já têm rumado para esse campo, o campo de ampliar o conhecimento dentro da sua população dos direitos humanos. A última cidade que teve aprovação, aqui no Estado do Rio Grande do Sul, foi a cidade de Pelotas, que teve aprovação em votação unânime. Essa aprovação, vejo eu, tem muito a contribuir para a cidadania na Cidade. Portanto, a nossa intenção é justamente utilizar toda ampla gama dos servidores públicos, dos seus conhecimentos e das relações estabelecidas na prestação desse serviço para promover, difundir os direitos e também os deveres do cidadão. Muitas vezes, o indivíduo é portador de direitos, mas não os usufrui pela falta de conhecimento. Isso é lamentável, isso é terrível!

A Lei Maria da Penha foi criada para o resguardo das relações domésticas, e um servidor público ou uma servidora, no momento em que entra em contato com uma pessoa que é vítima de violência, pode também dar uma orientação, mesmo que não esteja vinculado, por exemplo, à Delegacia da Mulher. Se essa pessoa está nos postos de saúde, se essa pessoa está numa das nossas escolas, se essa pessoa é um servidor de qualquer órgão, secretaria ou autarquia, ela também pode ser uma orientadora. Então esta é a nossa intenção: qualificar os espaços públicos, capacitar os nossos servidores ou pelo menos pedir que eles sejam colaborativos para que nós tenhamos uma maior amplitude de cobertura e resguardo aos direitos dos cidadãos desta Cidade. Essa é a nossa contribuição. Voltaremos a prestar outros esclarecimentos se for necessário. Agradeço a todos a atenção, e esperamos a aprovação deste projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Bernardo está com a palavra para discutir o PLL nº 132/15.

O SR. PROFESSOR BERNARDO: Sr. Presidente, prezados colegas e prezadas colegas, quero começar dando os parabéns aos autores do projeto, Ver.^a Fernanda Melchionna e Ver. Prof. Alex Fraga, porque esta é uma lei cidadã – se pudéssemos dar um rótulo a ela. Lembro da importância que foi colocarmos como conteúdo da prova do Exame Nacional do Ensino Médio debates importantíssimos, como, por exemplo, o da cultura indígena, o da cultura étnico-racial e outras. Colocarmos como conteúdo de exames para locais que vão lidar diretamente com o que é público é estar incentivando que os candidatos ao serviço público tenham uma visão mais cidadã, uma visão mais humana. Os dois temas que estão colocando – Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei Maria da Penha – são muito importantes para a sociedade. Nunca se debateu tanto nas redes sociais a questão da violência contra a mulher no País, que tem o título de ser o de maior feminicídio. Então essa lei dá a importância de se refletir sobre isso.

Seguindo essa linha do debate do direito da mulher, quero aproveitar para falar de um projeto de lei que vamos protocolar na Casa amanhã, é sobre os albergues femininos. Durante a campanha, conversando com as moradoras de rua, soubemos que elas são obrigadas a ter um companheiro na rua para não serem abusadas. Quando ficam nos albergues mistos, são abusadas pelos próprios moradores e, às vezes, pelos próprios servidores. Então esse debate é importante para nos alertar sobre essa situação de extremo abuso às mulheres, e, quanto mais vulneráveis são, maior é a situação de abuso. Então, na pauta amanhã, vamos colocar que se faça uma política de proteção às mulheres de rua para que haja um albergue específico a elas, um albergue feminino e, claro, com mulheres servidoras, preferencialmente, para que elas tenham um pouco mais de dignidade, mais proteção.

Por essas e por outras é que é importante esse projeto, porque leis cidadãs fazem a população refletir no coletivo, e tanto a lei Maria da Penha quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente são temas importantíssimos. É importante que tenhamos pessoas capacitadas para lidar de forma humana, que tragam essa reflexão à sociedade. Parabéns novamente à combativa bancada do PSOL, grandes companheiros. Terão, certamente, o nosso voto, a nossa defesa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PLL nº 132/15.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, quero parabenizar o Ver. Prof. Alex Fraga pela iniciativa. De fato, tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu acho o Ver. Nedel está precisando de um marceneiro ali, Sr. Presidente, para socorrê-lo no Plenário, não sei se a Casa tem algum. (Risos.)

(Aparte antirregimental.)

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Ver. João Carlos Nedel, vamos providenciar um marceneiro para resolver o problema da sua bancada... (Risos.)

Então, Professor, entendo o mérito, a importância da discussão do tema, só que abranger o tema a todo e qualquer concurso público da Cidade distorce o próprio conceito do que é concurso público. Então, não entendo por que o fiscal de tributo precise dominar a Lei Maria da Penha e do ECA, a não ser que seja para ele não maltratar os próprios filhos nem a mulher dele. Não faz o menor sentido que isso seja estendido a todo e qualquer concurso público de forma indiscriminada, mas, de qualquer sorte, nós entendemos como meritório.

Eu e a Ver.^a Comandante Nádia estamos protocolando uma emenda para que seja obrigatório, em áreas específicas, esse determinado conteúdo; entendo eu, estou aqui abrindo o debate: educação, saúde, segurança e jurídico, concurso da área jurídica, da educação e segurança. Não entendo por que alguém do setor financeiro tem

que saber essas normas. Tem aqui o nosso apoio, mas com a ressalva da emenda que estamos protocolando. Meus parabéns!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Professor Wambert e da Ver.^a Comandante Nádia, ao PLL nº 132/15.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 132/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 132/15.

O SR. ADELI SELL: Colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, nós, em nível municipal, não podemos legislar sobre a internalização de disciplinas num currículo escolar, isso é uma determinação da Lei de Bases da educação. Nós podemos, pelas relações sociais com posição ética, geográfica, cultural, sociológica, propor a inserção de determinadas questões nas disciplinas que já existem e no currículo que já existe. É fundamental colocar essa questão de forma transversal no ensino e na aprendizagem. Olhem só o que lembrou há pouco o Professor Bernardo sobre a questão da violência contra a mulher. Por exemplo, a Lei do Feminicídio é uma lei praticamente redundante, mas ela foi aprovada, ela é por nós aplaudida exatamente porque ela reafirma e coloca em determinados patamares a questão do cumprimento de determinadas normas, porque nós vivemos num país de violência doméstica impressionante. Por isso é fundamental que perpassem o ensino e a aprendizagem as noções básicas da legislação sobre a Maria da Penha e o Estatuto da Criança e do Adolescente, porque é impressionante o que se fala de bobagem sobre o ECA, como se ele fosse um passaporte para o moleque, para a criança, para a guria fazer o que quer. Fazer o que quer em casa, fazer o que quer na rua, etc. e tal. Não é verdade! A Constituição Federal é clara sobre o cuidado com a criança e com o adolescente, que é do pai, da mãe, da família, que é da sociedade, que é da escola, de cada um, de cada uma de nós. Quando um direito é ofendido, cabe ao cidadão e à cidadã, Fernanda, defender esse direito. Por isso as crianças têm que saber os direitos das crianças e adolescentes.

Quando nós falamos do Estatuto da Criança e do Adolescente, parece que tudo o que está lá são apenas direitos. Não, tem os deveres das partes também: por exemplo, os deveres da família. É importante que uma criança na escola saiba e aprenda os direitos que ela tem e os deveres que o seu pai e a sua mãe têm, seja o pai biológico, seja o pai afetivo; seja a madrasta, seja o padrasto, e todo o rol de pessoas que compõe um núcleo familiar. Por isso nós apoiamos, também com a emenda que o Wambert acabou de protocolizar, porque nós acreditamos que esses elementos são fundamentais para compor o bom ensino e a aprendizagem, que precisam ser mais trabalhados, mais

burilados. E o conhecimento de áreas amplas que perpassam a sociologia, a filosofia e o direito são fundamentais. Por isso o seu projeto tem o nosso apoio. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLL nº 132/15.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, colegas. Importante essa reflexão que o Ver. Adeli coloca aqui na tribuna. Eu já tinha conversado com o Ver. Prof. Alex também, antes de a gente entrar em recesso, a respeito do projeto, até porque eu não conheço as emendas que estão sendo apresentadas – vou conhecê-las logo mais –, mas eu acho importante destacar que a gente precisa que os nossos quadros, os nossos servidores municipais sejam qualificados – essa é a grande preocupação da população de Porto Alegre. Que os agentes da EPTC saibam quais são suas atribuições, que o pessoal que trabalha na Fazenda, os professores em sala de aula saibam quais são suas atribuições. Nesse sentido, não me parece fazer sentido que, num concurso da EPTC, a gente obrigue que o cidadão estude a Lei Maria da Penha e o ECA, assim como não faz sentido o servidor da Fazenda estudar essas matérias. Não faz sentido a gente cobrar para um concurso da EPTC que eles estudem código tributário também, porque não é aquela competência que ele vai exercer no dia a dia. E se nós queremos que os funcionários sejam efetivamente técnicos, precisamos que eles se foquem naquilo que vai ser o exercício de sua profissão, e não em assuntos que, apesar de relevantes, são os mais diversos.

Vejam, se fôssemos estudar todos os códigos que temos, toda nossa Legislação, nós faríamos concursos impossíveis, e os profissionais seriam exímios generalistas, mas que não saberiam exercer sua profissão corretamente. Nesse sentido, quero destacar também a reflexão de que a Lei de Improbidade Administrativa não é exigida em nenhum concurso do Município, assim como a Lei de Licitações ou a eleitoral, também muito importantes. É muito interessante que façamos a reflexão de que os concursos que não são para áreas jurídicas já exigem conhecimentos de Constituição, eles já exigem conhecimentos básicos da nossa legislação. Não precisamos e não faz sentido obrigarmos um futuro engenheiro do DEP a conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente com seus mais de 250 artigos. Dessa maneira, esse projeto de lei, apesar de tocar num assunto que é relevante do ponto de vista social, ele torna nosso serviço público mais ineficiente do ponto de vista da qualificação dos seus quadros. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 132/15.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas. Eu quero cumprimentar os Vereadores, as Vereadoras, ao mesmo tempo já antevendo que nós conseguiremos, a partir das duas emendas, de forma consensuada, aprovar um projeto importante na tarde de hoje, porque evidentemente existe um déficit inclusive de interlocução, integração entre o conjunto de serviços públicos e a garantia daquilo que é conquista das crianças e dos adolescentes como sujeitos, no caso do ECA; no caso das mulheres, a vitória que foi a constituição da Lei Maria da Penha contra a violência as mulheres. Eu acho que a emenda é importante, nós a aceitaremos evidentemente, até por um espírito de composição – não é, Ver.^a Nadia? –, para nós é importante que se possa construir, com base no diálogo e colocando nas áreas mais atinentes. No caso da saúde, por exemplo, o tema da notificação das mulheres vítimas da violência é um tema que nós, há anos, cobramos o Município para que, de fato, isso ocorra. Existe um déficit de formação dos servidores, da política pública, para que haja esta notificação quando o serviço de saúde atende uma mulher vítima da violência, ou mesmo uma criança que teve os seus direitos violados.

Temos também o tema da segurança pública. Quando fui Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, fizemos uma fiscalização nos serviços de proteção às mulheres vítimas de violência, um dos encaminhamentos foi a formação sobre a Lei Maria da Penha para a nossa Guarda Municipal, enfim, porque é um estudo que, à medida que não está no edital do concurso público, é preciso que o Município, obviamente, tenha política pública para fornecer aos seus servidores. Evidentemente vamos aceitar as emendas, agradecemos, Ver. Prof. Alex Fraga, as palavras de apoio de vários Vereadores aqui na tribuna, embora eu ache que deveria ser trabalhado o conjunto da legislação com todos e todas em todos os lugares. Teve um projeto da Ver.^a Jussara Cony que incluiu a Lei Maria da Penha nas escolas, foi produzido um gibi e trabalhado dentro da rede municipal no Governo passado. Acho que é uma política pública importante, tenho a impressão de que foi desmontado agora, nesses seis meses de Governo, mas trabalhar isso na escola é muito importante, até para as crianças que, muitas vezes, estão vendo a violência doméstica em casa, possam ajudar a romper esse círculo de violência, ajudando as mães, estimulando para que a denúncia seja feita, para que a mãe possa romper esse círculo de violência, para que se possa não naturalizar uma prática que é corriqueira e que, ao mesmo tempo, vitima uma de nós cotidianamente. Eu, inclusive, estava discutindo com o pessoal do movimento social os dados que o Tenente-Coronel Linck trouxe à época são muito graves, do círculo de violência também dos agressores, que boa parte dos agressores que chegam à prática hedionda do homicídio é agressor recorrente, que já havia feito agressões anteriores e que não teve uma rede, inclusive, de punição, por um lado, mas também de medidas, enfim, preventivas com esses agressores e esse círculo de violência se perpetuou. Então, esses dados do Observatório das Mulheres, que foi criado na Secretaria de Segurança Pública com o Tenente-Coronel Linck, nos ajudam muito a entender o círculo de violência, mas não é preciso só entender, é preciso atuar sobre ele para que, de fato, ele cesse para combater essa lógica extremamente machista e patriarcal que ainda vitima barbaramente as mulheres no nosso País. Acho que o

nosso projeto é parte dessa prevenção, espero que a Câmara aprove por unanimidade, junto com o conjunto de emendas, para a gente possa contar com essa formação nos concursos do nosso Município.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, ao PLL nº 132/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 132/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 132/15.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Boa tarde, Presidente Cassio, colegas, é bom revê-los neste retorno de recesso, um cumprimento especial aos dois novos jovens Vereadores desta Casa, que estão aqui como suplentes no lugar da Ver.^a Sofia e do Ver. Marcelo. Quero parabenizar o Ver. Alex e a Ver.^a Fernanda por este projeto e principalmente pela emenda que foi encaminhada agora, Ver. Prof. Alex, em que há a obrigatoriedade de se estudar as duas leis, mas não há a obrigatoriedade de os conteúdos dessa lei entrarem na prova. Quero dizer que a qualificação dos profissionais sempre é algo que nós procuramos. É importante que os profissionais do Município, do Estado, que são funcionários públicos, que servem às comunidades, tenham um maior entendimento de todas e quantas forem as leis de atendimento ao público. E vejo que o ECA e a Lei nº 11.340, a Lei Maria da Penha, são duas leis importantes, mas, como disse o Ver. Professor Wambert, encaminhamos uma emenda de que sejam colocadas questões referentes ao ECA e à Lei Maria da Penha naquelas áreas cognitivas em que haja necessidade do servidor conhecer esse tipo de lei, a contar-se na saúde. Nós sabemos que são os assistentes de saúde que passeiam, que fazem seu serviço nas vilas, nos bairros e que, por muitas vezes, têm conhecimento de crianças que são agredidas, de mulheres que são agredidas, dar-se prioridade aos profissionais de saúde conhecerem tanto o ECA como a Lei Maria da Penha. Assim como na área jurídica, é impossível que dentro do Município, na área jurídica, em um concurso, as pessoas que pleiteiam essa vaga não conheçam essas duas leis importantes do nosso Brasil. Também fizemos uma menção específica à área da educação, pois sabemos que são os professores que muitas vezes detectam, em sala de aula, aqueles problemas com crianças que são vítimas, agredidas dentro de suas casas, e são os professores que as levam ao Conselho Tutelar, que as levam para o posto de saúde, para um atendimento mais amplo. E, por óbvio, assistência social, e não poderia ficar de fora a segurança pública, não podemos ter Guardas Municipais que não conheçam esses dois tipos de leis que fazem a proteção ao cidadão porque estão esses funcionários no dia a dia na rua.

O Sr. Mendes Ribeiro: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigado, Ver.^a Comandante Nádia, pelo aparte, quero dizer que é um assunto extremamente importante trazer ao conhecimento das pessoas sobre o ECA e sobre a Lei Maria da Penha. Quero parabenizar a ti e ao Professor Wambert por esta emenda importante e inteligente. E o meu apoio, o meu voto favorável a esse projeto vai ficar condicionado à aprovação da emenda de vocês. Muito obrigado pelo aparte.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Obrigado, Mendes. Quero dizer ainda que sabemos da subnotificação nos postos de saúde da questão de mulheres que entram agredidas, vítimas, sob a Lei Maria da Penha, e que, muitas vezes, não são conduzidas à segurança pública ou a algum encaminhamento maior a que devam ser levadas. Relembro aqui os colegas que, no próximo dia 7 de agosto, segunda-feira, a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, estará completando 11 anos de existência – é considerada uma das três melhores leis do Brasil. E estaremos aqui, através da Procuradoria Especial da Mulher – eu, Ver.^a Mônica Leal, Ver.^a Sofia Cavedon, Ver.^a Fernanda Melchionna –, juntamente com a Coordenadoria da Mulher do Município, realizando um seminário, das 9h às 16h, e já convido todos os colegas, para conversarmos exatamente sobre esta Lei nº 11.340 – o que está sendo feito, quais foram os avanços, e onde precisamos chegar.

Quero agradecer, fica o pedido aos colegas para a aprovação dessa emenda, para que, em concursos, haja a necessidade de o funcionário público conhecer o ECA e a Lei Maria da Penha. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, uma informação que julgo fundamental, confessando a minha dificuldade, porque estou chegando durante a discussão. Ouço referência às emendas e, nos avulsos distribuídos, não consta emenda nenhuma. Houve alguma emenda de última hora que ainda não tenha sido distribuída?

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Vereador, foram recentemente protocoladas e apregoadas duas emendas, e outras duas ainda não foram. As duas emendas que foram apregoadas, há cinco minutos, logo serão distribuídas, e as outras que nem foram apregoadas ainda, somente após apregoar, faremos as cópias.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, nós já votamos emendas?

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não, Vereador. Nós estamos na discussão ainda. As emendas só podem ser apregoadas até o final da discussão. Nós tivemos duas emendas apregoadas faz cinco minutos; estamos reproduzindo para distribuir. Há duas outras que ainda não foram apregoadas, por isso, também, não foram reproduzidas.

O SR. REGINALDO PUJOL: Mas o teor dessas duas emendas que já foram apregoadas será distribuído? E quando será distribuído?

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Vereador, vamos de novo. Nós temos duas emendas que já foram apregoadas. Estas estão em reprodução e já serão distribuídas. Perfeito? As outras duas, ainda nem foram apregoadas. Assim que forem apregoadas, faremos também a reprodução e distribuiremos.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, então eu tenho razão em solicitar isso. Eu estou inscrito para discutir a matéria. Com a existência dessas emendas, a minha opinião pode ser até diferente, pelo arrazoado delas. A minha ordem de inscrição é imediata, depois?

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A sua inscrição é a próxima.

O SR. REGINALDO PUJOL: Eu quero, temporariamente, suspender, Sr. Presidente, porque não vou discutir uma matéria que não tenho em mãos todo o conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O processo está à disposição, e as duas emendas que já estão apregoadas estão dentro do processo. As duas que não foram apregoadas ainda não existem no nosso mundo legislativo.

O SR. REGINALDO PUJOL: Aprovada nenhuma foi, V. Exa. mesmo disse.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoadas!

O SR. REGINALDO PUJOL: Apregoadas.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): As duas que estão apregoadas já estão no processo, o senhor pode ter vista já e estão sendo reproduzidas.

O SR. REGINALDO PUJOL: Já estão no processo?

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Sim, no processo.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, nós estamos discutindo um processo que, até cinco minutos atrás, não tinha emenda. Agora, emenda tem, e eu não tenho conteúdo das emendas. É isso que eu quero para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Vereador, eu acabo de dizer que já estão no processo. O senhor pode pegar o processo e ter acesso a essas duas emendas.

Não é diferente do que acontece aqui na Casa ao longo de toda a história: as emendas vão sendo apregoadas, vai-se fazendo a discussão; ao final da discussão, se entendermos, podemos até paralisar momentaneamente para que todo o mundo tenha ciência das emendas.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, eu vou discutir a matéria com deficiência porque não tenho material para isso!

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O senhor é o próximo inscrito.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, era um direito que me assistia querer, antes de discutir, ter em mãos essas emendas. Não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 132/15.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu ouvi especialmente a Vereadora que me antecedeu se manifestar na tribuna e dizer que as emendas modificariam o conteúdo do projeto. Obviamente isso me leva a ficar com dificuldades de argumentação nesse sentido. De qualquer sorte, Sr. Presidente, eu quero salientar, com toda a sinceridade, que neste projeto que tramita desde 2015... Já em 2015, o Dr. Cláudio Roberto Velásquez, Procurador-Geral da Casa, ao concluir o seu Parecer prévio dizia o seguinte: “[...] Contudo o conteúdo normativo da proposição, vênha concedida, implica interferência na gestão do Município e de seu Poder Legislativo, incidindo, vênha concedida, em violação aos preceitos legais que deferem competência privatiza ao Chefe do Poder Executivo e à Mesa Diretora da Câmara Municipal para realizarem a administração dos respectivos poderes, Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, art. 94, inciso IV e VII, letra b. Artigo 15, letra a”. Deve ter sido mudado o Regimento nesses dois anos porque houve várias alterações regimentais. E ainda que, no mérito, essa emenda possa ter substanciais modificações, me afigura que dificilmente irão corrigir esse erro fundamental de inconstitucionalidade e inorganicidade. Eu falo isso, inclusive, Sr. Presidente, com a maior tranquilidade, porque eu me bato aqui contra vários projetos que são sistematicamente vetados pelo Prefeito da Cidade que já formou, fixou a opinião de que esses preceitos serão vetados. Eu sinceramente acho que nesse caso concreto é flagrante a inconstitucionalidade do projeto, flagrante, inequívoca, até porque eu poderia ir além e dizer que, além de inconstitucional, é inconsequente. Nós haveríamos de solicitar que, ao serem selecionados para participar da Administração Municipal, funcionários eminentemente técnicos tivessem a profundidade de conhecimento de matéria em detrimento de outras tantas que eles teriam que ter conhecimento maior ainda. Então, como eu não sou de escamotear as minhas posições, jogo com muita clareza, e com o maior respeito possível não só aos autores, à Ver.^a Fernanda e ao Ver. Alex e até numa homenagem à ex-Ver.^a Jussara Cony que deu um parecer favorável ao projeto, eu não sei, Sr.

Presidente, não posso acreditar que essas emendas, cuja cópia me chega na mão neste momento, têm esse condão de terminar com essa manifesta ilegalidade, inconstitucionalidade e inorganicidade. Lógico que eu estou discutindo, se eu estiver produzindo algum equívoco em função de somente agora conhecer o teor das emendas colocadas pelos colegas, na hora do voto poderei alterar a minha posição, mas, enquanto isso não ocorrer, eu a mantenho. Acho que é inconstitucional, sim. A proposta corre o risco de, uma vez aprovada, ser vetada pelo Prefeito, e nós termos mais um dissabor, Ver. Nedel, de ter que analisar esta matéria, e, além do mais, acho que é absolutamente equivocada, porque propõe que, como regra geral, as pessoas sejam submetidas a um concurso público manifestando conhecimento específico de uma matéria que, no mais das vezes, não tem nada a ver com a atividade que vão desenvolver na Cidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença do Ver. Manoel D'Avila, do PDT. Seja bem-vindo, tenha uma boa estada aqui nesta Casa.

Aprego a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, à Emenda nº 01 ao PLL nº 132/15.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol, o Requerimento de dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 132/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM** e 02 votos **NÃO**.

Aprego a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLL nº 132/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 132/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando que sejam votadas em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 132/15 e a Emenda nº 03 ao PLL nº 132/15.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Sr. Presidente, em atendimento ao apelo que os Vereadores Prof. Alex Fraga, Comandante Nádia e Fernanda Melchionna fizeram, eu discuti a matéria e decidi pela retirada da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 132/15 e da Emenda nº 03 ao PLL nº 132/15.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apenas um esclarecimento, Ver. Felipe, encerrada a discussão, não é mais possível retirar as emendas. Quando chegarmos no momento do encaminhamento, o senhor poderá encaminhar pela rejeição.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 132/15. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 132/15.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Sr. Presidente, o encaminhamento será pela rejeição, já que sou o autor. Estou encaminhando pela rejeição.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol, a Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 132/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 27 votos **NÃO**.

Em votação a Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 01 ao PLL nº 132/15. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 01 ao PLL nº 132/15.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: O encaminhamento do autor é pela rejeição também.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 01 ao PLL nº 132/15. Os Srs. Vereadores que a rejeitam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **REJEITADA**.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 132/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a abstenção do Ver. Reginaldo Pujol.

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 132/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a abstenção do Ver. Reginaldo Pujol.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol, o PLL nº 132/15. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM** e 01 voto **NÃO**.

O SR. ADELI SELL (Requerimento): A bancada do Partido dos Trabalhadores requer que seja convidado o Sr. Michel Costa, da Procempa, para as devidas explicações das suas funções nesta companhia e suas atividades de cunho econômico e empresarial de forma concomitante. É um Requerimento da bancada do Partido dos Trabalhadores que quero passar a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Recebo, e serão dados os encaminhamentos regimentais.

O SR. ROBERTO ROBAINA (Requerimento): Cassio, queríamos, na verdade, que fosse feito um convite ao Secretário Ramiro para que ele pudesse também, como vários Secretários fizeram, vir à Câmara e debater os problemas da sua pasta. Nós

gostaríamos muito da presença dele para discutir conosco a questão da iluminação pública e das obras do sistema de drenagem das casas de bomba de Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Por favor, entregue o Requerimento por escrito e daremos os devidos encaminhamentos regimentais.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 135/17 – (Proc. nº 1769/17 – Ver. Mauro Zacher) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Continuidade do Projeto 4D – Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 135/17. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 135/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, tenho, frequentemente, quando se discute a constituição de frentes parlamentares, ocupado a tribuna preocupado com o grande número de frentes parlamentares que a Casa tem. Apesar dessa resistência da proliferação do número de frentes parlamentares, Ver. Mauro Zacher, quero me solidarizar com V. Exa. Acho que o 4º Distrito merece uma operação integrada, merece um exame aprofundado das circunstâncias que levaram com que aquela importante área de Porto Alegre se transformasse numa verdadeira cidade fantasma, com recessões de toda ordem e com a necessidade urgente de medidas corajosas que permitam o estímulo numa revitalização verdadeira daquela área de Porto Alegre que já foi o mais importante bairro da cidade de Porto Alegre, no tempo em que a Av. Presidente Franklin Roosevelt era a Av. Eduardo; no tempo em que os Gondoleiros tinham sua sede na Av. Eduardo, em que tinha o maior carnaval de bairro de Porto Alegre.

Eu quero, Ver. Mauro Zacher, que V. Exa., que não me ouve no momento, mas, quando me ouvir, me admita nessa frente parlamentar, porque eu quero, modestamente, contribuir com V. Exa. para que tenhamos resultados objetivos, concretos e positivos da constituição dessa frente parlamentar, dando, inclusive, uma demonstração concreta de que, em determinados casos, a constituição de frentes parlamentares com claros objetivos se torne um instrumento efetivo e que realmente possibilite se criar na Casa um movimento positivo em favor de determinada providência e determinada pretensão. Estou solidário com V. Exa, eu abri meu discurso dizendo isso e o faço com a maior tranquilidade, porque reconheço que V. Exa. tem autoridade muito ampla para assim proceder, até porque os vínculos da sua família, Ver. Mauro, com a área, são fortíssimos. Eu não sei, Ver. Mauro Zacher, se a Casa, ao aprovar a condição dessa frente parlamentar, não tenha no fundo uma motivação

semelhante à que eu tenho, de eu homenagear o seu progenitor, que não se encontra mais entre nós, porque convocado para outra esfera da universidade. Em homenagem ao seu pai, eu voto duas vezes pela aprovação dessa frente parlamentar e, por três vezes, quero me comprometer com V. Exa. para fazer a frente parlamentar funcionar. Meus cumprimentos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 135/17.

O SR. ADELI SELL: Colegas Vereadores, Vereadoras, Ver. Mauro Zacher, a Bancada do Partido dos Trabalhadores apoia integralmente a formação da frente parlamentar. O 4º Distrito não é apenas um lugar simbólico, está na consciência das pessoas, está encarnado na cidade de Porto Alegre, mas precisa de nós uma ação presente.

Acabei de ler o livro do Guido Mondin, Senador, Burgo Sem Água, Reminiscência do 4º Distrito, fiz uma resenha e foi publicada ontem em alguns *sites*. Recentemente, fiz uma resenha do livro do advogado Antônio Augusto Mayer dos Santos, inclusive com uma passagem escrita pelo Ver. Mauro Zacher que fala do José Aloísio Filho, outro filho dileto daquele bairro, como é hoje V. Exa., o Vereador mais identificado com aquela comunidade. Nós precisamos trabalhar essa ideia do desenvolvimento econômico, social, ambiental e sustentável do 4º Distrito. Esta Câmara não pode estar ausente. Há vários estudos importantes, mas nós não podemos fazer o que tem acontecido em Porto Alegre. Na época do PT, havia uma determinada proposição que acho que deve ser resgatada. Foi trabalhada na época em que eu era Secretário da SMIC. Agora, recentemente, durante o Governo do Fortunati e do Melo, nós vimos o Master Plan apresentado pelo professor da UFRGS Benamy Turkienicz sobre o 4º Distrito, nós trabalharemos a partir disso inclusive para que não fique engavetado porque nós acreditamos que os vários planos têm uma comunicação. O Benamy Turkienicz que é o autor daquele plano mais recente, podemos convidá-lo como também a outras pessoas que participaram ativamente de discussões sobre o 4º Distrito. Eu acabei de colocar que estou fazendo parte de um grupo de pessoas que pretendem fazer um vídeo, um livro, uma exposição fotográfica e um conjunto de atividades, no qual o senhor será convidado a falar sobre o 4º Distrito porque nós temos inúmeros documentos e histórias importantes para serem resgatadas. Não só com essas duas personalidades que citei há pouco, como é o caso do Aloísio Filho, que dá nome ao Palácio não qual estamos, foi Vereador por 28 anos, 10 anos Presidente desta Casa; do Senador Guido Mondin, cujo pai dá nome à rua e também foi um excelente pintor, tem uma obra magnífica dentro do Tribunal de Contas do Estado, lindíssima por sinal, uma grande figura que está umbilicalmente ligada ao 4º Distrito. Mas também temos que lembrar que o desenvolvimento econômico e social de Porto Alegre começou efetivamente no 4º Distrito. Vamos lembrar da Ernesto Neugebauer, vamos lembrar da

Gerdau, vamos lembrar da Bier, vamos lembrar de Wilson Sons, vamos lembrar de tantas outras empresas importantes que estiveram lá. E sem dúvida nenhuma, algumas famílias importantes de Porto Alegre moraram, passaram e contribuíram enormemente para o desenvolvimento econômico e social do 4º Distrito. Aqui nós teremos a oportunidade, Ver. Mauro Zacher, de colaborar com essa frente parlamentar. Já quero dizer que vou integrá-la em qualquer atividade, qualquer função; participe de primeira hora dessa frente parlamentar porque o 4º Distrito, V. Exa. sabe melhor do que todos nós, é ainda um lugar pujante. Hoje a gente vê a retomada do Refloresta, a Vila Flores que tem o prédio que foi construído por Joseph Lutzenberger, na década de 1920, e que tem de ser resgatado. É importante por exemplo, verificar o casaril impressionante que tem hoje na Rua Paraíba. Ali também tinha uma fábrica, Ver. Zacher, chamada mata-mosquito. Temos que resgatar essas histórias fabris que têm desse bairro, como já citei algumas importantes aqui. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 135/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. ANDRÉ CARÚS (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 098/16 por três Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. André Carús. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 17h31min): Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1489/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 023/17, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que altera o parágrafo único do art. 1º, o *caput* do art. 1º-A, o *caput* e os incs. I e II do *caput* do art. 3º, o art. 4º e o art. 5º e inclui incs. VII, VIII e IX no parágrafo único do art. 1º-A da Lei Complementar nº 444, de 30 de março de 2000 - que institui, no Município de Porto Alegre, o Conselho Municipal do Idoso (Comui) e dá outras providências –, alterada pela Lei Complementar nº 660,

de 7 de dezembro de 2010, dispondo sobre vínculo administrativo, receitas, composição e Regimento do Comui.

PROC. Nº 0274/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 009/17, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que altera de beco para rua a categoria do logradouro conhecido como Beco José Paris, localizado no Bairro Sarandi.

PROC. Nº 1897/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 218/17, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Carlos Alberto Oliveira Garcia – Vereador Professor Garcia.

PROC. Nº 1027/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/17, de autoria da Ver^a Marília Fidell, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à senhora Enrieta Chalmes de Quadros.

PROC. Nº 1028/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 017/17, de autoria da Ver^a Marília Fidell, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Rotechild dos Santos Prestes.

PROC. Nº 1662/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 030/17, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que concede a Comenda Porto do Sol ao professor e pianista Angelin Loro.

PROC. Nº 1709/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 032/17, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação de Servidores da Área de Segurança, Portadores de Deficiências, do Estado do Rio Grande do Sul – Asasepode.

PROC. Nº 1771/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 034/17, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que concede a Comenda Porto do Sol ao Grêmio Sargento Expedicionário Geraldo Santana.

PROC. Nº 1932/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 039/17, de autoria da Mesa Diretora, que institui o Prêmio Líder Comunitário.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1624/17 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 006/17, de autoria do Ver. José Freitas, que altera o inc. XX do *caput* do art. 94 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, dispondo sobre competências privativas do prefeito.

PROC. Nº 0378/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 031/16, de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo e Ver. Dr. Thiago, que autoriza o Município de Porto

Alegre a conceder, a título precário, o uso de áreas públicas a loteamentos e estabelece normas relativas à essa concessão.

PROC. Nº 1323/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 147/17, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que cria o Programa Permanente de Prevenção de Acidentes e Violências Escolares no âmbito das escolas públicas da rede municipal de ensino.

PROC. Nº 1354/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 152/17, de autoria do Ver. Professor Tovi, que determina a instalação de, no mínimo, 1 (um) aparelho de ginástica adaptado ao uso exclusivo por pessoas com deficiência em parques e centros comunitários no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1396/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 027/17, de autoria do Ver. Professor Tovi, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à empresa Rudder Segurança Ltda.

PROC. Nº 1783/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 035/17, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao segundo-sargento Eriston Mateus de Moura Santos e ao 9º Batalhão de Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; nesta nossa primeira Sessão Ordinária após o recesso regimental, nós verificamos a existência de cerca de 20 projetos que se encontram em discussão de pauta. São os mais diversos projetos, de relevância, sem dúvida nenhuma. Sobre três eu me permito fazer, ainda que de forma sucinta, algumas considerações. O primeiro deles, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, concede a Comenda Porto do Sol ao Grêmio Sargento Expedicionário Geraldo Santana, entidade significativa do bairro Santo Antônio, ali na Luiz de Camões, cujos dirigentes têm se esmerado em mantê-la sempre em expansão. É uma das mais bem estruturadas entidades comunitárias recreativas da Cidade, e o Ver. João Bosco Vaz foi muito feliz ao propor este Projeto de Resolução que concede e institui essa premiação ao Grêmio Sargento Expedicionário Geraldo Santana.

De outra banda, Ver. Dr. Thiago, eu vejo que V. Exa. recupera projeto de sua autoria, junto ao ex-Vereador Bernardino Vendruscolo, que autoriza o Município de Porto Alegre a conceder, a título precário, o uso de áreas públicas a loteamentos e a estabelecer normas relativas a essa concessão.

É óbvio, Sr. Presidente, que a forma como são apresentados no debate preliminar esses projetos não permite, no mais das vezes, um aprofundamento maior sobre eles. Esse mesmo, que já se encontra em 2ª Sessão, Sr. Presidente, merece, e eu

me proponho a buscar junto a meu colega de bancada maiores esclarecimentos sobre essa matéria que, iniciada na Legislatura passada, não teve solução e que agora é restabelecida por um dos seus signatários, na medida em que o Ver. Bernardino Vendruscolo não se encontra mais no exercício do mandato parlamentar para nosso desagravo. Assim sendo, Sr. Presidente, neste primeiro momento em que ocorre discussão preliminar de Pauta, mantendo, inclusive, uma tradição que me faz estar sempre atento aos projetos que aqui ingressam, desde o seu primeiro momento, faço essas duas breves referências, me permitindo, especialmente nos projetos de origem do Executivo, mais especificamente o projeto de lei complementar que cria e declara como Área Especial de Interesse Social a macrozona 2 e várias outras situações semelhantes. Quanto ao PLCE nº 017/16, vou sobre ele me debruçar para que, na próxima oportunidade, possa sobre ele me manifestar com mais intensidade, salientando um detalhe, Sr. Presidente, que isso se trata de um projeto de 2016, seguramente um projeto que foi encaminhado pela administração anterior e que, agora, me parece que, por iniciativa da Ver.^a Fernanda Melchionna, é retirado de arquivo para ser debatido aqui na Casa, e isso impõe, até determina, que se faça um aprofundamento na análise a respeito do mesmo. Era isso, Sr. Presidente, a respeito dos projetos que se encontram em discussão preliminar de Pauta neste nosso primeiro dia do ano do semestre legislativo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h36min.)

* * * * *